

PROGRAMA DE GOVERNO 40

Eleições 2018



CARLOS AMASTHA

Candidato a Governador do Estado do Tocantins

/

Ficha Técnica

Carlos Enrique Franco Amastha - Candidato a governador

Oswaldo Stival - Candidato a vice-governador

Coordenação do Programa de Governo

Waldecy Rodrigues – Economista; Doutor em Estudos do Desenvolvimento (UnB); Pós-Doutorado em Economia (UnB).

Iapurê Olsen – Engenheiro Mecânico; MBA em Planejamento Estratégico e Gestão Empresarial (University of Georgia Atlanta USA).

Equipe Técnica Responsável pelo Programa de Governo

Aires Panda - Administrador, Mestrando em Desenvolvimento Regional (UFT)

Aurélio Picanço – Engenheiro Sanitarista; Doutor em Saneamento e Meio Ambiente (UFSCAR).

Denilson Barbosa de Castro – Historiador, Doutor em Educação (PUC-GO).

Evertton Kleber Teixeira Nunes - Advogado, Administrador de Empresas e Especialista em Gestão Pública.

Francisco Viana – Economista; Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT).

George França - Doutor em Educação: Currículo (PUC-SP).

Paulo Sérgio - Especialista em Gestão Empresarial (UFT) e Docência Nível Superior (UNINTER).

Colaboradores Técnicos

Alexandre Freitas	Joadson Albuquerque	Paula Karine
Andréa Stival	João Paulo Procópio	Rafael Felipe
Antônio da Luz	Jônatas Duarte	Rariane Monteiro
Augusto Brito	Jones Soldera	Reijane Pinheiro
Cristiano Rodrigues	José Ribamar Amorim	Ricardo Abalém
Danilo Gomes	Kariello Coelho	Roberto Hidasi
Danilo Melo de Souza	Leandro Mourthe	Roberto Sahium
Evercino Moura	Leonardo Gomes Coelho	Rodrigo Sabino
Éder Alvarenga	Luiz Carlos Teixeira	Solange Nascimento
Edmundo Galdino	Marcia Ribeiro	Wagner Borges
Francisquinha Laranjeira	Mozart Félix	Whisley Bastos
Germana Coriolano	Nailton Alen	
Hector Valente	Nésio Fernandes	

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
OBJETIVOS CENTRAIS.....	6
VALORES ESTRUTURANTES	6
DIRETRIZES E AÇÕES PROPOSTAS.....	7
EIXO I - POLÍTICAS SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA	
EDUCAÇÃO	7
ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	10
JUVENTUDE.....	13
CULTURA.....	15
INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	17
Povos Indígenas	17
Comunidades Extrativistas	19
Comunidades Quilombolas	19
BEM ESTAR SOCIAL E DIREITOS INDIVIDUAIS.....	21
Desenvolvimento Social	21
Segurança Alimentar	22
Crianças e Adolescentes.....	22
Política para Mulher	23
Políticas da Pessoa Idosa.....	24
Políticas da Pessoa com Deficiência	25
Política de Igualdade Racial.....	25
ESPORTE E LAZER	27
SAÚDE.....	29
SEGURANÇA PÚBLICA	34
Eixo II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
ECONOMIA.....	37
Ambiente De Negócios.....	38
Logística	39
Rural	40
Economia Verde	42
Turismo	42
Economia Popular e Solidária	43
EIXO III – GESTÃO PÚBLICA	
GESTÃO.....	45
Governança	45
Planejamento	47
Desburocratização e Governo digital	47
Tributária e Fiscal	48
Finanças Públicas	48
EIXO IV – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	
MEIO AMBIENTE	50
Áreas Protegidas, Unidades de conservação e Serviços Ambientais	50
Recursos Hídricos e Saneamento	53
Mudanças Climáticas	54
EIXO V – DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Gestão Territorial	56
Cidades e Desenvolvimento Urbano.....	58
Habitação	59
Regularização Fundiária	60

APRESENTAÇÃO

Este Programa de Governo apresenta propostas e estratégias para promover a transformação econômica, social e política do Estado do Tocantins. É necessário reverter o difícil cenário em que o Tocantins se encontra a mais de 30 anos.

Nesse sentido, infelizmente o Tocantins vive hoje uma situação sem paralelo na sua capacidade de promover o desenvolvimento. Como consequência, o Estado empobrece, os empregos são perdidos, investimentos não são feitos, credores não recebem, e os serviços públicos não são prestados com a eficiência e a agilidade que deveriam ser. O desequilíbrio estrutural das finanças públicas aliada à perda de competitividade e de dinamismo da economia, frustra e impede equilíbrio e desenvolvimento do Estado.

Por outro lado, temos um enorme potencial econômico e uma grande disponibilidade de recursos naturais, que são desperdiçados pela ausência de políticas que incentivem seu uso sustentável e pela falta de espírito público, construindo-se, assim, uma realidade que contrasta com o admirável potencial de uma sociedade criativa e empreendedora.

É nesse cenário de instabilidade política, social e econômica, que este programa de governo traz ações factíveis para reorganizar a capacidade administrativa e financeira do Estado. Precisamos de uma forma de política que conduza a gestão pública à moralidade, à impessoalidade, à eficiência, à transparência, à austeridade, combatendo o nepotismo, o assistencialismo, o empreguismo e ao combate da corrupção.

Em que pesem as sucessivas ações que colocaram o Tocantins em situação praticamente falido, cabe a nós a desafiadora tarefa de reconstruí-lo, agora sobre bases sólidas, transparentes e eficientes para fazermos as mudanças profundas de que o Estado precisa e que os tocantinenses esperam há 30 anos.

Mas essa crise de desesperança vem acompanhada também da esperança em dias melhores nos quais as políticas públicas cheguem efetivamente a todas regiões do Estado,

beneficiando diretamente seus moradores com saúde, escola, habitação, infraestrutura, saneamento, empregos, serviços de qualidade.

A crise aguda, que não é culpa dos cidadãos e cidadãs, mas de uma política ultrapassada e patrimonialista, não nos impede de enxergar um futuro promissor para o nosso Estado, cujo patrimônio maior reside no caráter do seu povo, trabalhador, honesto, resiliente. E a bússola que norteia o nosso Programa de Governo – concebido por profissionais altamente qualificados nos mais diversos setores de ação governamental - veio justamente das sugestões, críticas e reivindicações da sociedade, por meio dos diálogos e debates que são a essência de uma campanha eleitoral.

Ressalte-se, mais uma vez, que este programa não pretende ser um produto acabado, pois ações e projetos eficientes advêm do constante diálogo com os mais variados segmentos da sociedade – trabalhadores, empresários, entidades de classe públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais.

Ressalte-se, entretanto, que nosso programa não nasceu do acaso, ou de aventureiros. Temos uma grande experiência que nos conduzirá rumo a um destino prospero e promissor. Nossa referência se chama Palmas, uma Capital que, há cinco anos, saiu da mesma situação de abandono em que se encontra nosso Estado hoje, para uma cidade nota 10 em educação, em saúde, em infraestrutura, em serviços públicos, em consciência ambiental, em bem viver.

Agora nosso desafio é alcançar mais de 1,5 milhão de pessoas, ávidas por mudanças no modo de fazer política e gestão, principalmente, no modo de administrar a coisa pública. Com gestão eficiente, responsável, humana, transparente e desburocratizada, pilares deste programa, o Tocantins vai começar a grande transformação para uma realidade em que as políticas públicas do Governo do Estado propiciem efetivamente oportunidades iguais a todos os cidadãos tocaninenses.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA

Candidato a governador do Estado do Tocantins

OBJETIVOS CENTRAIS

Cinco são os objetivos que orientam a elaboração das Diretrizes e Plataforma de Governo:

- Implementar um conjunto de políticas públicas sociais que resulte na melhoria da qualidade de vida da população.
- Impulsionar e incentivar a modernização e a diversificação da economia tocantinense, criando condições para o investimento, a inovação e a qualificação de empresas e trabalhadores;
- Tornar o Estado eficiente com capacidade de recuperação do investimento e melhorando a capacidade de garantir provisão de serviços públicos universais, de qualidade e descentralizados.
- Promover a transformação da riqueza ambiental em econômica, através dos diversos mecanismos de desenvolvimento limpo, que busque instituir novos vetores de crescimento econômico que reforce e melhore o capital natural da terra, dos recursos hídricos e da biodiversidade.
- Gerar uma nova lógica administrativa, que promova maior aproximação entre as esferas de governo e a articulação das próprias municipalidades, com maior eficácia na prestação de serviços públicos aos cidadãos e também encontre novos caminhos para o desenvolvimento regional.

VALORES ESTRUTURANTES

- DESBUROCRATIZAÇÃO
- DESCENTRALIZAÇÃO
- EFICIÊNCIA
- EMPREENDEDORISMO
- HUMANIZAÇÃO
- SUSTENTABILIDADE
- TRANSPARÊNCIA
- TRANSVERSALIDADE

DIRETRIZES E AÇÕES PROPOSTAS

EIXO I - POLÍTICAS SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA

EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL

O estado do Tocantins perdeu nos últimos quatro (4) anos aproximadamente cinquenta mil (50.000) alunos na rede estadual, devido à ausência de efetividade, de projetos e de ações concretas para efetivação de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência do aluno e a qualidade do ensino. Hoje o estado conta com 573 escolas que disputam espaço com os municípios no ensino fundamental. Possui uma estrutura desproporcional ao número de alunos existentes, e as escolas ainda apresentam problemas relativos ao ensino e a um sistema de gestão engessado sem muitos resultados aparentes. Os indicadores de qualidade colocam o estado entre os de pior desempenho na educação básica.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Mudar a educação no Estado do Tocantins requer esforço e dedicação e um plano que contemple os anseios de toda a nossa sociedade. Para isso, é necessário investir na valorização dos professores e todos os profissionais da educação, em estrutura de qualidade, tecnologias e em novas políticas públicas com o objetivo de melhorias na qualidade de ensino, do transporte, da merenda, trabalhando na perspectiva da inclusão da população as escolas e a todo o sistema educacional, em parceria com os municípios.

PROPOSTAS

1. Realizar parcerias para implantação de Escolas de Tempo Integral Temáticas de acordo com as aptidões econômicas e culturais das Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – RED;
2. Concluir as 8 (oito) Escolas de tempo integral que estão inacabadas e construir mais 20 (vinte) escolas de tempo integral em diferentes regiões do Estado, atendendo sobretudo o interior do Tocantins;
3. Promover parcerias entre os municípios e o estado para integrar o uso da infraestrutura para a melhoria da qualidade de ensino em todo o Tocantins;
4. Atingir índices progressivos de excelência, com a oferta de educação de qualidade: profissional/docente, rendimento escolar docente e discente, administrativo e de recursos didáticos pedagógicos;

5. Implantar ações, políticas e metas para aumentar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e ações para a universalização do Ensino Fundamental na IDADE CERTA com parceria com os municípios;
6. Desenvolver políticas para a valorização dos Profissionais da Educação em todos os segmentos com a garantia dos direitos e a ampla participação de todos na formulação das políticas educacionais;
7. Criar programas de formação continuada, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado para os profissionais da educação, assim como estratégias de formação em viagens de estudos, feiras literárias, congressos científicos e residência pedagógica;
8. Implantar programa de gestão democrática escolar, com eleições diretas para o cargo de diretor, integrado com programas de formação e participação da comunidade escolar;
9. Fortalecer a educação de jovens e adultos nas modalidades presenciais e a distância e programas alternativos voltados para a educação da pessoa idosa, comunidades tradicionais e pessoas em situação de risco;
10. Desenvolver políticas de inclusão e de acessibilidades para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para que essas possam usufruir das escolas com qualidade e respeito;
11. Investir em programas de atendimento a educação indígena, quilombola, ribeirinhos, atingidos por barragens de forma qualificada e centrada na cultura local;
12. Reformular a Educação do Campo integrando aos projetos de desenvolvimento local sustentável em parceria com instituições de pesquisa, desenvolvimento e extensão rural;
13. Promover Educação Básica de qualidade nas Unidades Prisionais do estado e para pessoas em medida socioeducativa, tendo como estratégia a formação pelo trabalho e para a autonomia plena dos sujeitos;
14. Estimular no currículo escolar as questões ligadas as garantias dos Direitos Humanos, protagonismo e empreendedorismo social
15. Investir na merenda escolar, nos uniformes e no transporte de qualidade com investimento local e descentralizado garantindo condições para o melhor desempenho dos estudantes na escola e de desenvolvimento das economias municipais;
16. Melhorar a infraestrutura das escolas desenvolvendo políticas de contratação de serviços e produtos regionais valorizando a economia local;
17. Investir em tecnologias educacionais para a melhoria do currículo;
18. Implantar sistema de matrículas integradas – via internet - conjuntamente com os municípios para promoção e atendimento de todos os jovens e famílias demandantes;
19. Investir na infraestrutura de laboratórios e internet nas escolas para a melhoria da qualidade de ensino e inclusão digital do professor e do aluno;
20. Implantar novos programas de educação profissional com ênfase nas tecnologias, no trabalho criativo, nas novas demandas do mundo do trabalho com a perspectiva de ampliar as cadeias produtivas regionais e locais;

21. Implantar estrutura curricular bilíngue com ênfase na Língua Brasileira de Sinais – Libras atendendo a comunidade de surdos do Estado do Tocantins;
22. Estabelecer programa para a inclusão dos jovens ao ensino médio com o objetivo de atingir a totalidade deste público que não está acessando a escola
23. Implantar e aprimorar a Base Comum Curricular no estado do Tocantins;
24. Desenvolver políticas e parceiras para a redução do analfabetismo para a população acima de 15 anos em todo o Estado nos próximos quatro (4) anos;
25. Melhorar as parcerias com escolas confessionais, APAES, Anjo Azul, e outras com investimentos adequados que possam garantir a qualidade;
26. Implantar o programa “HORTA NA ESCOLA” como política de educação no campo desenvolvendo habilidades para a produção de alimentos orgânicos com foco na sustentabilidade e no meio ambiente;
27. Implantar os jogos escolares e jogos abertos para todo o estado com a participação de estudantes a partir dos 4 anos de idade;
28. Realizar de forma integrada e com parcerias o Festival de artes e cultura das escolas no Tocantins;
29. Implantar a Feira de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo de maneira articulada nas escolas do Tocantins.

ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**SITUAÇÃO ATUAL**

O Estado do Tocantins, apesar de ser uma economia periférica no contexto brasileiro, por razões geográficas favoráveis tem todas as condições de entrar com maior força na chamada economia do conhecimento. Tem sim um bom potencial na área de ciência e tecnologia, mas que em grande parte é desperdiçado pela ausência de mecanismos eficazes para a atração desta mão de obra altamente especializada e um sistema regional de inovação frágil.

Temos aqui no Estado, cerca de 600 doutores, o que representa 0,47% do Brasil, ficando somente atrás na Região Norte do Pará e Amazonas. É um grande potencial. O grande desafio é ampliar o contingente e integrar mais esta mão de obra em desafios importantes para o futuro do Estado. Para tal intento, é relevante tornar o Tocantins atraente para atração e fixação desta mão de obra, que quando se destaca é altamente cobiçada por instituições de outras localidades.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Precisamos com urgência um novo olhar e agir por parte do Governo do Estado e dos Municípios. É imprescindível promover estratégias para a agregação de valor aos produtos e serviços produzidos no estado do Tocantins e gerar novas possibilidades tecnológicas. Fundamental, dinamizar as cadeias produtivas e arranjos produtivos locais mais competitivos e neles firmar alianças estratégicas de aprendizado e inovação. Qualificar a mão-de-obra, formar cientistas e empreendedores tocantinenses em nível de Graduação, Mestrado e Doutorado também é muito importante.

É preciso estimular e valorizar o espírito empreendedor e inovador em nossa economia. Neste sentido é fundamental ampliar e dinamizar o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo (C, T, I & E). E também, firmar seus alicerces em sistemas regionais em cidades polos do Estado do Tocantins.

Para isto é fundamental que o Estado do Tocantins faça uma grande transformação em suas instituições e políticas de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo. A constituição estadual sabiamente preconiza que 0,5% da Receita Tributária para estes gastos estratégicos, o que significa R\$ 16 milhões anuais. Investimentos nesta área quando corretamente feitos no curto prazo podem ser multiplicados em até 5 (cinco) vezes, dados as possíveis parcerias com o Governo Federal, empresas e instituições internacionais.

PROPOSTAS

1. Ampliar e melhorar as condições de acesso dos jovens ao ensino superior no Estado do Tocantins;

2. Fortalecer a Universidade do Tocantins – UNITINS, com estabelecimento de uma política Institucional, baseada na eficácia e na boa governança, visando contribuir para mudança econômica qualitativa do Estado do Tocantins;
3. Ampliar, em parceria com as instituições de ensino, a oferta dos cursos superiores de educação a distância para inclusão social da população em todo o estado do Tocantins, conforme perfil e necessidade das regiões;
4. Criar um Programa “PROUNI Tocantins” para concessão de bolsas de estudo para os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica tenha acesso ao ensino superior;
5. Fortalecer a UNITINS enquanto polo de desenvolvimento de pesquisa e inovação na agropecuária, aquicultura e beneficiamento de matérias primas renováveis;
6. Fortalecer a UNITINS enquanto centro de extensão universitária inovadora atendendo as demandas da sociedade;
7. Estimular pesquisa e inovação em energias renováveis, em especial, a solar e biomassa;
8. Garantir o orçamento previsto para ciência e tecnologia, 0,5% da receita tributária líquida, com recursos priorizados na área finalística, com as decisões sobre aplicação dos recursos feitas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia;
9. Fortalecer o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, com um conselho tripartite, composto por 1/3 de Instituições de Ensino e Pesquisa. 1/3 de entidades empresariais e sociedade civil e 1/3 do governo;
10. Reestruturar a Fundação de Amparo a Pesquisa, Ciência e Tecnologia - FAPT, com diretoria escolhida por eleição no Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e mandato determinado; os demais cargos nomeados com base em critérios técnicos e preferencialmente por servidores concursados;
11. Implantar o polo de produção para medicamentos veterinários, em especial os genéricos;
12. Planejar as ações de forma descentralizada, observando as forças locais, e priorizar as políticas públicas de Ciência e Tecnologia, inovação e empreendedorismo, levando em conta os diferentes ecossistemas, as regiões geográficas e o fortalecimento das comunidades locais;
13. Implantar o Parque Tecnológico do estado do Tocantins;
14. Fortalecer incubadoras, startups, centros de aceleração empresarial e movimentos de inovação;
15. Estruturar e fortalecer projetos interinstitucionais para a inovação e as redes de extensão tecnológica que aproximem universidades com as demandas tecnológicas do mercado;
16. Fortalecer a educação básica voltada para o incentivo na formação em ciências, inovação, pesquisa tecnológica e empreendedorismo;

17. Expandir e melhorar infraestrutura de fibra ótica no Estado para interligação dos órgãos públicos e iniciativa privada;
18. Criar um Programa Estadual de Bolsas de Estudo , Pesquisa e Inovação para a Educação pelo Trabalho buscando parcerias com os municípios, para financiar os programas de residências médicas e multiprofissionais e cursos de especialização e aperfeiçoamento em saúde;
19. Promover parcerias para melhoria e ampliação da rede de internet em todos os municípios tocantinenses;
20. Apoiar Instituições de Pesquisas para o desenvolvimento e validação de cultivares adaptáveis as condições edafoclimáticas do Tocantins.

JUVENTUDE

SITUAÇÃO ATUAL

O percentual da população jovem do estado do Tocantins é elevado. Observa-se ainda uma carência em políticas públicas de atendimento que contemplem os anseios desse grande número de pessoas. É notória a falta de perspectiva de vida dos jovens tocantinenses. Na maioria das cidades, sobretudo, no interior vê-se o descaso pela inclusão desses jovens ao mercado de trabalho, cultura, esporte, lazer, educação, tecnologias e muitas outras questões para a vida na sociedade atual.

Nas regiões mais afastadas da capital do estado, observa-se uma maior falta de perspectiva para a população jovem daí a necessidade de atuação mais intensa do Estado.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Para que exista o desenvolvimento e ampliação da qualidade de vida das pessoas é importante que se estabeleçam políticas efetivas de atendimento à juventude de tal forma que se crie condições para a inclusão dos jovens às novas tecnologias, educação, empreendedorismo, cultura, esporte e também o direito de escolher entre a vida na cidade e a vida no campo com qualidade e dignidade.

Também é importante que se desenvolvam políticas de entrada e permanência ao ensino superior e aos cursos profissionalizantes. Existe a necessidade da criação de centros de referência da juventude, conselho estadual da juventude, casa do estudante e programas transversais em conjunto com outras secretarias. Nesta perspectiva, o Estado carece de estruturas e espaços que agreguem aos jovens ocupação saudável, afastando da possibilidade da sua exclusão social.

PROPOSTAS

1. Promover a política do primeiro emprego para o jovem, em especial no Programa RESOLVE TOCANTINS que será implantado em todo o estado;
2. Implantar o programa "**TOCANTINS APROVA**", ofertando curso preparatório para o ENEM em todas as regiões do estado;
3. Estimular a implantação de cursos preparatórios para concursos públicos presenciais e/ou a distância para que os tocantinenses sejam cada vez melhor preparados para acessarem estas oportunidades;
4. Criar programa de inclusão digital para os jovens;
5. Criar o programa "**JUVENTUDE EMPREENDEDORA**", visando a integração de jovens de diferentes faixas etárias no mundo do trabalho e dos negócios;
6. Implantar **CENTROS DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE -CRJ** em todas as regiões do Estado em parceria com os municípios;

7. Reestruturar, com parcerias, as **CASAS DO ESTUDANTE** transformando-as numa política pública de apoio ao estudante universitário com vulnerabilidade;
8. implantar o programa **TOCANTINS MAIS JOVEM**, como um conjunto de ações transversais em parceria com diversas secretarias da administração estadual, focadas nos interesses e necessidades dos jovens tocaninenses.
9. implementar o **CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE - CEJUV** e garantir recursos para a efetiva execução de programas e projetos para a juventude;
10. implantar o projeto “**QUAL SUA IDÉIA?**” em parceria com as escolas estaduais, inserindo o jovem tocaninense conceitos de cidadania, senso crítico e empreendedorismo;
11. estruturar o **PROGRAMA ESTADUAL DE VOLUNTARIADO**, para promover o engajamento social e cívico;

CULTURA

SITUAÇÃO ATUAL

O Estado do Tocantins possui um relevante conjunto de bens patrimoniais, ambientais e culturais que merecem ser conservados para o desfrute da geração atual e das gerações futuras, e atualmente o estado encontra-se sem políticas públicas efetivas para valorização desses bens.

VAMOS VIRAR A PAGINA

Para que possamos enfrentar o desafio de superar as mazelas e as fragilidades dos sistemas públicos ineficientes é preciso conceber desenvolvimento ou tecnologia com cultura, porque tudo está impregnado de cultura. Através de políticas de fomento e incentivo nas áreas de letras, artes, folclore e nas diversas formas de expressão da cultura do Tocantins, bem como de preservação o patrimônio histórico, artístico e Estadual é possível promover ações específicas, de fundamental importância para a vida da sociedade, com vista no reconhecimento da importância da cultura para o fortalecimento da identidade tocaninense.

Deste modo, as discussões em torno de cultura e desenvolvimento ganha novos ares e aparece como um dos pilares da sustentabilidade, ao lado das dimensões econômica, social e ambiental. O plano estratégico proposto para a cultura do Estado do Tocantins é de fundamental importância para o seu desenvolvimento econômico e social, considerando que a cultura é um importante indicador para avaliar a qualidade de vida.

PROPOSTAS

1. Ampliar a efetividade e o alcance do Plano Estadual de Cultura em consonância com os municípios, pontos de cultura, artistas e universidades;
2. Construir Centros Culturais nas principais cidades turísticas do Estado do Tocantins de acordo com as demandas identificadas pelo Sistema de Informações Culturais -SIC;
3. Inventariar, registrar e divulgar os bens intangíveis (danças folclóricas, músicas, comidas típicas, expressões linguísticas, práticas alimentares);
4. Promover o tombamento e políticas públicas de conservação e preservação dos bens culturais materiais e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico e cultural;
5. Democratizar o pleno acesso à cultura e firmar parcerias entre o poder público e o setor privado.
6. Criar o Calendário Cultural do Estado do Tocantins, considerando as especificidades culturais locais mais relevantes;

7. Reativar o Conselho Estadual de Cultura - CEC/TO e incentivar os municípios a criarem os Conselhos Municipais de Cultura;
8. Apoiar a criação e melhoria das Bibliotecas Públicas de forma integrada com os municípios;
9. Promover políticas de valorização e registro das expressões culturais indígenas;
10. Promover políticas de valorização e registro das expressões culturais quilombolas;
11. Implantar prática cultural multiétnica, plurilinguística e ecumênica;
12. Promover Eventos Culturais descentralizados valorizando também os artistas amadores através de festivais;
13. Realizar de forma descentralizada mostras e feiras literárias;
14. Ampliar e fomentar o MOVIMENTO JUNINO do Tocantins
15. Promover o Circuito Estadual de festas juninas;
16. Promover o evento "Capital da Fé" de forma descentralizada pelo estado;
17. Fortalecer o setor artístico local através de políticas e incentivos mecanismos institucionais para geração de emprego, renda e a circulação e produção de bens culturais;
18. Incentivar a organização profissional e de classe valorizando a produção local.
19. Promover atividades culturais nas escolas públicas estadual em áudio visual, música, dança e outras manifestações artísticas;
20. Desenvolver o projeto TOCANTINS DESTINO CULTURA desenvolvendo atrativos turísticos com base cultural, exemplo: Artesanato, musicais, gastronomia, shows e outros;
21. Desenvolver o registro do patrimônio cultural para BIOJOIAS, a partir da biodiversidade (babaçu e capim dourado);
22. Desenvolver a política dos MUSEUS DO TOCANTINS, criando museus em suas diversas vertentes: iconografia, antropologia, artes, tecnológica, da imagem e do som e outros;
23. Criar a ORQUESTRA SINFÔNICA DO TOCANTINS
24. Efetivar EDITAIS DE CULTURA, fundamentado em projetos;
25. Incentivar a política de AUDIO VISUAL com parceria dos recursos da ANCINE;

INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

SITUAÇÃO ATUAL

O estado do Tocantins possui 44 (quarenta e quatro) comunidades remanescentes de Quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares – FCP. Além das comunidades já reconhecidas, existem atualmente na FCP mais 2 (dois) processos de reconhecimento em tramitação. Apesar do avanço significativo no reconhecimento e demarcação de territórios remanescentes de quilombolas, estas comunidades ainda enfrentam diversos problemas, tais como: saneamento básico, acesso, produção, saúde, educação benefícios sociais.

Este mesmo cenário se aplica as comunidades ribeirinhas que estão a mercê das políticas públicas e das oportunidades de inclusão e de acesso a novas condições de vida desprovidas de tecnologia, educação, saúde e tantas outras necessidades básicas de atendimento para o seu dia a dia.

Nos povos indígenas observa-se o silêncio do estado no atendimento as questões básicas de saúde, educação, esporte, saneamento. As comunidades continuam invisíveis e sem protagonismo nas decisões que atendem seus interesses. Não existem políticas de valorização da cultura e das relações históricas. Hoje são representados no Tocantins por 8 (oito) etnias que lamentavelmente sofrem diariamente com a ausência do Estado e do poder público.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Precisamos promover a emancipação e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, ribeirinhos e comunidades quilombolas. Deve-se trabalhar com uma nova geração de políticas de integração e conscientização que contemplem de maneira transversal as questões relacionadas a saúde, território, educação, bem-estar, infraestrutura dando autonomia e condições de vida. Torna-se necessário a implementação de projetos e programas de geração de renda, bem como incentivo e promoção de produtos confeccionados nas comunidades garantem para esses grupos grandes benefícios e novas possibilidades.

PROPOSTAS

Povos Indígenas

1. Promover canais efetivos de diálogo, respeitando a diversidade cultural que os constitui, bem como, a realidade socioeconômica dos seus territórios;
2. Implantar a energia fotovoltaica para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades indígenas;

3. Criar programas de capacitação de profissionais para a escuta técnica e qualificada das demandas indígenas;
4. Estruturar enquanto concepção de governo programas e projetos que sejam protagonizados pelos indígenas de diferentes etnias;
5. Criar programas de apoio para desenvolver as potencialidades econômicas tradicionais, como o artesanato, a produção de alimentos, a coleta e o aproveitamento de frutos do cerrado, a produção de farinhas, óleos vegetais e alimentos orgânicos, possibilitando espaços para circulação desses produtos;
6. Valorizar os conhecimentos tradicionais sobre saúde, ecologia, manejo ambiental, produção de alimentos, respeitando as ciências indígenas e os processos de decisão e articulação próprios de cada povo, de acordo com a orientação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT;
7. Implantar os Jogos Estadual Indígena preparatório para participação em jogos nacional e internacional;
8. Estruturar espaços para prática do esporte nas aldeias, de acordo com as escolhas de cada povo e incentivar a participação dos jovens;
9. Melhorar a qualidade da educação oferecida nas aldeias garantindo os universos culturais distintos, os calendários de festas, as cosmologias e promova autonomia e empoderamento;
10. Melhorar a qualidade do sistema de saúde e atendimento aos povos indígenas, em parceria com o Governo Federal;
11. Criar estratégias de inclusão e de acesso ao ensino superior de forma gratuita para os povos indígenas;
12. Criar estratégias de acolhimento dos indígenas em Palmas e Araguaína, em parceria com o Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/TO, para sua acomodação em tratamento de saúde;
13. Dar visibilidade aos povos indígenas do Tocantins, promovendo festas, feiras de cultura, palestras, debates, jogos, torneios regionais, a fim de minimizar o preconceito e desconstruir estereótipos presentes nas representações sobre esses povos.

Comunidades Extrativistas

1. Promover atividades econômicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações extrativistas através do estímulo a criação de peixes em cativeiro, agricultura pluriativa e sustentável;
2. Criar políticas de valorização das Quebradeiras de Coco Babaçu;
3. Criar programas e projetos de formação profissional e capacitação para o atendimento das comunidades extrativistas;
4. Promover a aproximação das Universidades e Institutos de Ensino e Pesquisa para o atendimento das demandas das comunidades extrativistas;
5. Promover condições dignas de habitação e saneamento básico;
6. Incentivar a atividade turística na região das comunidades ribeirinhas, em especial o turismo de pesca;
7. Criar estratégias de atendimento educacional e médico próximo as comunidades extrativistas no estado;
8. Promover feiras gastronômicas e culturais das principais comunidades extrativistas do estado.

Comunidades Quilombolas

1. Aperfeiçoar às políticas de reconhecimento e demarcação das comunidades quilombolas;
2. Melhorar a infraestrutura de acesso manutenção, construção de estradas e pontes de acesso para as comunidades quilombolas;
3. Incentivar a agropecuária familiar e pluriativa;
4. Implantar a energia fotovoltaica para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas;
5. Criar programas e projetos de formação profissional e capacitação para o atendimento das comunidades quilombolas;
6. Criar estratégias de inclusão e de acesso ao ensino superior de forma gratuita para as Comunidades Quilombolas;
7. Promover projetos de pesquisa e extensão nas Universidades para o atendimento das comunidades quilombolas;
8. Viabilizar o diálogo entre as estruturas de governo estadual e as representações quilombolas;

9. Fortalecer a economia comunitária através de programas de produção de produtos artesanais;
10. Promover através de feiras/festivais gastronômicos, artesanais, linguísticos e musicais a manutenção e exposição da cultura quilombola;
11. Implementar programas de formação e aperfeiçoamento técnico para as populações quilombolas visando oferta de produtos e serviços tradicionais;
12. Implantar nas comunidades quilombolas reconhecidos infraestrutura de promoção de estar social, tais como políticas de saúde, água potável, saneamento, moradia, dentre outras;
13. Implantar programas para a redução com vistas a erradicação do analfabetismo nas Comunidades Quilombolas;
14. Instituir políticas de fomento para o incentivo das atividades econômicas nas comunidades através de cooperativas;
15. Elaborar pesquisa que vise à identificação de quilombos urbanos nos municípios e promover ações que contribuam no desenvolvimento econômico sustentável das comunidades remanescentes inserindo-as no potencial produtivo da cidade, através do controle social;
16. Criar o Programa QUINTA QUILOMBO, de voluntariado, de forma a promover atividades culturais, saúde, jurídicas e de cidadania nas comunidades quilombolas em parcerias entidades e associações;
17. Promover a realização de atividades desportivas, culturais e desportivas nas comunidades quilombolas.

BEM ESTAR SOCIAL E DIREITOS INDIVIDUAIS

SITUAÇÃO ATUAL

A partir da Promulgação da Constituição de 1988, a sociedade brasileira deparou-se com novas estruturas relacionais, tais como, a cidadania, a democracia e a solidariedade. O estado do Tocantins advém desta vontade de realizar o novo, mas ainda apresenta uma sociedade desigual. Estas situações dificultam a participação social com prejuízos de uma economia, educação e saúde inclusivas e geradoras de bem-estar para a população.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

É preciso promover a formulação e implementação de políticas públicas que estimulem a inclusão social e produtiva, a promoção dos direitos inerentes à pessoa, respeitando à pluralidade e a diversidade social. Nosso foco maior é alcançar aquilo que foi proposto no Plano Nacional de Direitos Humanos. Esta concepção representa uma evolução sobre o comportamento da sociedade, representando a consolidação de novas estruturas relacionais e dos quereres conjuntos do poder público com a sociedade. A vontade de construir o novo deve estar presente em todas as ações sociais, o orgulho de ser tocantinense precisa sobrepujar aos interesses pessoais no processo de construção democrática.

Desenvolvimento Social

1. Criar o Programa **TOCANTINS DO AMANHÃ**, nas Regiões Estratégicas de Desenvolvimento - REDs, com oferta de qualificação profissional, empreendedorismo e cooperativismo para os jovens tocantinenses, onde os que se encontram em vulnerabilidade social terão estímulos, inclusive financeiros, para garantir sua participação no processo de formação;
2. Fortalecer a estruturação da Política Pública de Assistência Social e as ações do Sistema Único de Assistência Social- SUAS;
3. Melhorar os serviços da Proteção Social Básica para a população em vulnerabilidade social, apoiando a estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos;
4. Apoiar a estruturação dos serviços de Proteção Social Especial a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, em parceria com a Sociedade Civil, Ministério Público e Poder Judiciário.

Segurança Alimentar

1. Fortalecer as ações de combate à pobreza e à fome na cidade e no campo, melhorando as áreas de alimentação e nutrição, de modo articulado nas demais políticas de segurança alimentar e nutricional, para as populações socialmente vulneráveis;
2. Desenvolver mecanismos de controle social de políticas, programas e ações de desenvolvimento social e combate à fome, garantindo a representação de todos os grupos sociais vulneráveis;
3. Fortalecer as inter-relações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA com as entidades representativas da Sociedade Civil;
4. Apoiar a promoção do acesso universal de uma alimentação adequada e saudável, com combate a fome e a obesidade;
5. Estimular a estruturação de sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimento;
6. Disseminar processos permanentes de educação e capacitação e desenvolvimento de pesquisas voltadas ao em direito humano da alimentação adequada e saudável e em segurança alimentar e nutricional;
7. Ampliar a atuação nas áreas de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

Crianças e Adolescentes

1. Fortalecer o papel do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – na formulação e no acompanhamento de políticas públicas para a infância e adolescência, incentivando a criação e o funcionamento, nos municípios, dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a devida publicização desses mecanismos, focando a captação de recursos para este fundo;
2. Assegurar a implantação e o funcionamento adequado dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, estimulando a criação de Núcleos de Defensorias Públicas Especializadas no Atendimento a Crianças e Adolescentes (com os direitos violados), de Delegacias de Investigação de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes e de Varas Privativas de Crimes Contra Crianças e Adolescentes, integrando suas ações;
3. Investir na formação e capacitação de profissionais encarregados da promoção e proteção dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito de instituições públicas e de organizações não-governamentais;

4. Promover, em parceria com os municípios e com entidades da sociedade civil, campanhas educativas relacionadas às situações de violação de direitos vivenciadas pela criança e o adolescente, assim como de assistência e orientação para seus familiares;
5. Fortalecer os programas que ofereçam benefícios a adolescentes em situação de vulnerabilidade, e que possibilitem o seu envolvimento em atividades comunitárias voltadas para a promoção da cidadania, saúde e meio ambiente;
6. Apoiar a implantação e implementação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil nos municípios, embasada na Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, visando o combate a pedofilia em todas as suas formas;
7. Ampliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI de modo a focalizar as crianças de áreas urbanas em situação de risco, especialmente aquelas utilizadas em atividades ilegais como a exploração sexual infanto-juvenil e o tráfico de drogas, bem como apoiar e fortalecer o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, aplicando suas diretrizes;
8. Ampliar programas de aprendizagem profissional para adolescentes em organizações públicas e privadas.

Política para Mulher

1. Criar uma estrutura governamental responsável por apoiar, implementar e monitorar as políticas de proteção e promoção às mulheres;
2. Fortalecer o Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM, conferindo ampla divulgação de todos os seus programas e ações;
3. Efetivar amplamente a implementação da Lei do Parto Nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante inclusive com campanhas de divulgação;
4. Implantar serviços estaduais para garantir a efetivação do direito das mulheres à mamografia e aos exames preventivos do câncer de útero, com o fim de reduzir a mortalidade feminina por essas malignidades;
5. Implementar campanha de Combate ao Câncer de Mama e de Útero, fortalecendo a consciência da população para a importância da prevenção;
6. Elaborar e implementar o Plano Estadual de Combate à Epidemia de Feminização da Aids e outras DSTs;
7. Promover a qualificação profissional das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, bem como fomentar e organizar cooperativas e associações de mulheres, como forma de gerar renda;

8. Apoiar os municípios na implantação de creches em parcerias com Governo Federal e com empresas privadas;
9. Criar incentivos que promovam acesso facilitado a microcrédito para as mulheres chefes de família;
10. Apoiar a criação de Centros de Referência da Mulher e Casas Abrigo, no âmbito dos municípios com alcance nas Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – RED;
11. Promover campanhas de enfrentamento ao assédio sexual no espaço de trabalho;
12. Combater sistematicamente o tráfico de mulheres;
13. Reestruturar e qualificar o atendimento das Delegacias Especializadas em Defesa da Mulher cobrindo as Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – RED;
14. Estimular a participação das mulheres na política, nos espaços de poder e nas decisões, fortalecendo os mecanismos de empoderamento social, como, por exemplo, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.
15. Incentivar a maior participação de mulheres nos programas de alfabetização;
16. Implantar políticas de apoio e valorização da Mulher do Campo.

Políticas da Pessoa Idosa

1. Implementar de forma descentralizada programas de assistência aos idosos, de acordo com a Lei nº 8.842/94;
2. Fortalecer o Conselho Estadual da Pessoa Idosa;
3. Estimular a fiscalização e o controle social dos Centros de Atendimento aos Idosos;
4. Apoiar programas destinados à formação e capacitação de cuidadores de idosos e de outros profissionais dedicados ao atendimento deste público;
5. Promover a acessibilidade da pessoa idosa aos serviços e áreas públicas e aos edifícios comerciais;
6. Estimular a educação continuada da pessoa idosa;
7. Apoiar a implantação do programa ‘voluntário idoso’, como forma de valorizar e reconhecer a contribuição da pessoa idosa para o desenvolvimento e bem-estar;
8. Combater a violência e a discriminação contra a pessoa idosa, por meio de ações de sensibilização e capacitação;
9. Adotar medidas para assegurar a responsabilização de familiares pelo abandono de pessoas idosas;
10. Divulgar e estimular o uso do “disque 100” para a denúncia de maus tratos aos idosos.

Políticas da Pessoa com Deficiência

1. Fortalecer as atividades do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
2. Promover a acessibilidade da pessoa com deficiência aos serviços e áreas públicas e aos edifícios comerciais;
3. Estimular a integração da pessoa com deficiência de acordo com o Decreto nº 3298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência;
4. Buscar medidas que possibilitem o acesso das pessoas com deficiência às informações do governo estadual, veiculadas pelos meios de comunicação;
5. Apoiar a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência – SICORDE no Estado do Tocantins;
6. Apoiar programas de educação profissional para pessoas com deficiência;
7. Promover a capacitação de agentes públicos, profissionais de saúde, policiais, lideranças comunitárias e membros de conselhos sobre questões relativas ao atendimento às pessoas com deficiência;
8. Fortalecer a autonomia das APAES, evitando interferências políticas em suas ações;
9. Apoiar a implantação da Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social (Sociedade Pestalozzi), para o fortalecimento das Políticas Públicas para pessoas com deficiência;
10. Dar suporte para a realização da Semana das Olimpíadas para Deficientes, com a devida publicização e suporte aos atletas;
11. Incentivar a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas tocantinenses;
12. Formação Continuada em Educação Inclusiva para Professores da Rede Estadual de Ensino;
13. Incluir as pessoas com deficientes aptas na Rede Estadual de Ensino.
14. Implantar a implantação da língua de sinais (libras) nas escolas públicas estaduais e na Universidade Estadual do Tocantins, bem como nas outras instituições de ensino superior.

Política de Igualdade Racial

1. Incorporar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nos Programas Governamentais, contribuindo para eficácia de políticas transversais nas questões etnicorraciais;
2. Garantir ações de acesso e permanência, bem como a melhoria de inclusão desempenho escolar, em todos os níveis, de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, indígenas, e demais grupos discriminados;

3. Assegurar a formação dos/as trabalhadores/as da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para as Relações Étnicas Raciais e Educação Indígena;
4. Apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a implementação de políticas de ação afirmativa para a população negra;
5. Implementar a política estadual de saúde integral da população negra e a efetivação do acompanhamento das ações planejadas, garantindo a integralidade, com equidade, na atenção à saúde;
6. Assegurar a implementação do programa nacional de atenção integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias;
7. Assegurar a inclusão dos temas racismo e saúde da população negra nos processos de formação dos profissionais da saúde;
8. Criar o projeto **Cultura de Paz para a Defesa da Diversidade Religiosa**, incentivando o diálogo entre movimentos religiosos sob o prisma da construção de uma sociedade pluralista, humanitária e justa;
9. Buscar mecanismos para o reconhecimento dos espaços religiosos das comunidades tradicionais como patrimônio cultural imaterial;
10. Estabelecer política de promoção da igualdade racial nos programas de financiamento de habitação e interesse social;
11. Garantir a representação do Movimento Negro nos diversos mecanismos e Fóruns de participação e controle social das Políticas Urbanas das Cidades Tocantinenses;
12. Implantar uma política de comunicação pública que combate às discriminações em suas variadas formas, racial, de gênero, sexual, étnica, entre outras.

ESPORTE E LAZER

SITUAÇÃO ATUAL

Infelizmente o Estado do Tocantins é um dos 20 estados brasileiros que não apresentam políticas privadas de investimentos para o Esporte e lazer. Também não existem incentivos fiscais e com isso as expectativas da nossa população ficam a cada dia mais aquém da realidade de outros estados brasileiros.

Com isso quem perde de maneira direta é população do estado que fica à mercê e fragilizada sem expectativas num cenário de abandono e de carência. Desta forma, vemos que a população, sobretudo do interior, está sem perspectiva pela ausência de políticas de esporte e de lazer. A boa referência da capital, Palmas, deve ser estendida para outras regiões do Estado.

Não se conhece assertivamente a infraestrutura esportiva existente no Estado e um levantamento criterioso se faz necessário para definição dos eventuais investimentos necessários.

“VAMOS VIRAR A PÁGINA”

Investir em esporte e lazer significa melhorar a qualidade de vida das pessoas e serve como prevenção a problemas relacionados a saúde, políticas antidrogas, segurança pública, bem-estar social e tantas outras ações. É importante implementar políticas de incentivos e retomar os programas de formação de atletas, compreender o esporte e lazer enquanto políticas sociais. É necessário fortalecer parcerias com municípios e setor privado para trabalhar na perspectiva de desenvolver o esporte em todo o território do Estado.

Neste sentido, é relevante o fortalecimento de jogos amadores de forma a expandir para as diversas regiões do Estado as práticas esportivas, assim como a ampliação de espaços para jogos, treinos e competições.

PROPOSTAS

1. Promover jogos amadores e estudantis nas diversas modalidades nas Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – REDs;
2. Criar o **PROGRAMA ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE** contemplando ações desde fiscais, bolsa atleta, bolsa instrutor, capacitação técnica, apoio aos eventos estaduais e reforço às Federações e Confederações;
3. Implantar o **PROGRAMA ESPORTE EDUCA** em parceria com as escolas públicas para estimular a prática desportiva escolar;

4. Implantar em parceria com as federações um **CENTRO DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA** para elevar o nível técnico das representações do Estado em competições nacionais e internacionais;
5. Implantar o **PROGRAMA JUVENTUDE ATIVA** de incentivo à prática desportiva no período noturno, como forma de combate e prevenção à criminalidade fazendo uso de espaços e equipamentos públicos disponíveis de modo a oferecer alternativas do esporte a grupos socialmente vulneráveis;
6. Fortalecer as parcerias entre governo do estado, municípios e entidades desportivas para melhorar o acesso aos equipamentos esportivos necessários para as práticas desportivas;
7. Fortalecer as federações e estimular seu autofinanciamento;
8. Criar programas de inclusão à prática desportiva e de lazer para a população idosa e com deficiência;
9. Estimular a prática desportiva e competições nos povos indígenas e comunidades tradicionais;
10. Fortalecer a estrutura de gestão específica para o esporte e lazer;
11. Incentivar o esporte inclusivo, praticados por pessoas com deficiência, dando suporte para que esses atletas possam concorrer a atividades estaduais, nacionais e internacionais.

SAÚDE**CENÁRIO ATUAL**

Sucessivos governos geraram o agravamento da saúde pública no estado do Tocantins. A população não aceita mais conviver com o descaso da saúde pública, visto ser uma das áreas sociais mais importantes de interesse público e direito fundamental da pessoa humana. Assistimos ao desmonte dos serviços públicos de saúde, cuja situação não poderia ser mais grave. A ineficaz execução financeira, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a falta de condições de trabalho dos profissionais de saúde, o descontrole sobre as doenças infectocontagiosas, a falta de medicamentos e insumos nos hospitais, a inexistência de um sistema de regulação eficiente e da oferta de serviços de médicos especializados de média complexidade ambulatorial, a falta de prioridade no fortalecimento e valorização da saúde da família, dos agentes comunitários e de endemias, representam de fato o colapso do Sistema Único de Saúde no Estado do Tocantins. Não existe uma Rede de Atenção à Saúde organizada e regionalizada no Tocantins. O resultado, é a completa falência do Sistema de saúde pública no Estado.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

A saúde é um importante fator de desenvolvimento, não podemos esperar uma sociedade desenvolvida sem uma saúde de qualidade, assim, precisa-se reestruturar a Rede de Atenção à Saúde, com foco na regionalização (5 macrorregiões) autossustentáveis com ampla cobertura da saúde da família, Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS, de tipo I, II e III, Unidade de Pronto Atendimento a Saúde – UPAS, porte II e III e Policlínicas de Especialistas em cada uma delas, que irão encaminhar os usuários para outros níveis de atenção seja hospitalar ou nos centros de referência.

Toda a Rede de Atenção à Saúde deverá ser transformada em cenário de prática para a ampliação e estruturação de residências médicas, multiprofissionais e de área de atuação em todos os espaços, com financiamento para residentes, preceptores e tutores. A distribuição de médicos no Brasil, mostra que a graduação associada à residência médica são os principais fatores de fixação dos médicos nas regiões. Isso significa diminuição da reserva de mercado e maior oferta de serviços especializados.

A modernização da gestão hospitalar se dará a partir da informatização de todo o processo de trabalho e da capacitação de nossos gestores em modernas concepções de gestão dos serviços de saúde.

A saúde move um grande complexo produtivo, responsável por quase 10% do PIB, gerando emprego e renda em diversas áreas e sendo potencialmente um gerador de desenvolvimento regional. Além de serviços de assistência à saúde, cabe à ação governamental na área a regulação de todas as ações e serviços de saúde, a vigilância aos fatores de riscos à saúde e agravos, a vigilância ao meio ambiente e ao ambiente de trabalho,

assim como, a articulação com outras áreas de políticas públicas para a promoção da vida saudável. Saúde se resolve muito com políticas públicas outras, cuidando da segurança pública, da educação, saneamento básico, da prevenção, do meio ambiente, etc... A partir de uma visão geral dos problemas e do papel da saúde como política pública que vise recuperar o Sistema Único da Saúde é dever do Estado promovê-la.

PROPOSTAS

1. Criar macrorregiões de saúde autossustentáveis, planejando e efetivando a regionalização e a descentralização das ações e serviços de saúde, funcionando com excelência os hospitais regionais minimizando os vazios assistenciais identificados nas regiões do Estado para serviços de média e alta complexidade;
2. Promover a interiorização da saúde com parceria dos municípios;
3. Criar o **Programa Resolve Saúde** para ampliar acesso ao atendimento médico e reduzir filas de espera em exames de média e alta complexidade;
4. Fortalecer a relação entre estado e municípios para criação de Policlínicas e Centros de Referências Regionais nas macrorregiões, onde existe déficit de atendimento;
5. Criar a Rede Regional de Reabilitação para atendimento de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais nas regiões de saúde;
6. Ofertar mais leitos hospitalares na rede pública de saúde;
7. Realizar parcerias para serviços de alta e média complexidades, utilizando da rede de saúde complementar onde o estado não alcance com estrutura própria;
8. Reestruturação da Gestão da SESA e dos serviços de saúde, restabelecendo a condição do estado na gestão de ações e serviços de saúde à população;
9. Criar políticas de fixação dos profissionais de saúde nas regiões mais distantes e carentes, transformando toda a rede de serviços em rede de ensino;
10. Criar mecanismo de incentivos aos profissionais de saúde, vinculados à efetiva execução dos serviços da complexidade programada para cada unidade, buscando sua fixação nas regiões mais longínquas do Estado;
11. Implantar o Núcleo de Combate à Corrupção na saúde, conforme recomendação do TCU "referencial de combate à fraude e à corrupção" em parceria com órgãos de segurança das diversas esferas públicas;
12. Combater as desigualdades no acesso aos serviços de saúde;
13. Descentralizar da capital o corpo de gestores e áreas técnicas responsáveis pelas ações e serviços de saúde para as Regionais de Saúde;
14. Valorizar o trabalho e as propostas das equipes técnicas, criando políticas de saúde de impacto real na vida da população;

15. Modernizar e integrar toda a Gestão Hospitalar do Estado;
16. Reorganizar a Gestão Hospitalar a partir da Coordenação de Saúde de cada Macrorregião;
17. Integrar toda a gestão hospitalar e clínica num único sistema de gestão informatizado;
18. Criar, dentro dos Hospitais Regionais, Centros de Referência de Especialidades Médicas;
19. Garantir adequado suprimento de insumos, materiais e medicamentos a partir dos Centros de Logísticas Regionais;
20. Humanizar o atendimento hospitalar;
21. Criar o Centro de Referência em Oncologia do Estado do Tocantins, para organizar uma política de saúde de diagnóstico precoce e tratamento adequando do câncer na Rede SUS;
22. Criar o Programa **Tocantins Destino Saúde**, em parceria com a iniciativa privada e com os municípios que apresentem viabilidade, incentivando o empreendedorismo no setor da saúde e impacto no trade turístico;
23. Apoiar o programa **Palmas Destino Saúde**, incentivando o empreendedorismo no setor da saúde e impacto no trade turístico;
24. Informatizar os procedimentos de diagnóstico na rede pública através da telemedicina e telediagnóstico a exemplo: Radiografia Digital, Eletrocardiograma Digital, MAPA Digital, HOLTER Digital, Eletroencefalograma Digital, e outros;
25. Promover a valorização dos Profissionais de Saúde.
26. Criar uma política de progressão que vinculada à produtividade e a resultados para o sistema de saúde;
27. Criar um Fundo Estadual de Valorização do Trabalhador do SUS para financiar as ações de capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;
28. Estimular a promoção de Seminários Estaduais e Regionais ligados a temáticas de saúde prioritárias para o SUS, como espaços de aperfeiçoamento das experiências desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias, Enfermeiros, Médicos, e demais profissionais de saúde;
29. Criar a Mesa de Negociação Permanente do SUS para construir e monitorar a Política de Gestão do Trabalho na Saúde em diálogo permanente com as categorias profissionais;
30. Implantar programa de saúde do Trabalhador do SUS como estratégia de atenção integral à saúde do trabalhador em saúde;
31. Fortalecer espaços de democratização das relações do trabalho em saúde a partir de implantação de espaços de diálogo social no SUS;
32. Desenvolver processos educativos sobre gestão do trabalho em saúde, em especial, para formação de gestores e trabalhadores da área de gestão do trabalho em saúde;

33. Transformar toda a rede de serviços em espaços de formação profissional contextualizado e alta qualidade, com o perfil que o SUS necessita;
34. Criar um Sistema Estadual de Integração entre o Ensino e o Serviço, interligando as ações de formação do SUS com as Instituições de Ensino Superior e Técnico presentes no estado;
35. Ampliar a oferta de vagas nas Residências em Saúde com foco nas necessidades da Rede de Atenção à Saúde, promovendo o processo de descentralização da formação para o interior do estado nas áreas em saúde da família, reabilitação, infectologia, clínica médica, pediatria, obstetrícia, entre outras;
36. Criar o **Programa Mais Saúde para o Tocantins**, nos mesmos moldes do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB, para ampliar a oferta dos serviços de atenção primária do interior;
37. Implementar e intensificar os processos de formação técnica também nas modalidades de Educação Distância – EAD;
38. Oferecer capacitação para a modernização da gestão a todos os gestores das secretarias municipais de saúde;
39. Garantir abastecimento permanente de medicamentos, insumos e materiais de saúde;
40. Melhorar a logística de distribuição de insumos para as unidades no território do Estado;
41. Publicar no Portal da Transparência do estado o estoque de abastecimento de medicamentos insumos;
42. Ampliar a oferta de medicamentos da Rede Estadual;
43. Criar controle de dispensação estadual de todos os medicamentos;
44. Construir e reestruturar em cada macrorregião estruturas próprias para a instalação da rede de serviços especializados (média e alta complexidade ambulatorial);
45. Apoiar os Conselhos de Saúde, conferências e os movimentos sociais que atuam no campo da saúde, reconhecendo o seu papel no SUS;
46. Fortalecer a Ouvidoria Geral Estadual do SUS com autonomia e estimular a criação de ouvidorias municipais, com vistas ao fortalecimento da escuta do cidadão e do trabalhador e de instrumento de avaliação da qualidade da gestão e dos serviços de saúde;
47. Estimular a intersetorialidade da saúde através de um plano de metas a ser traçado em conjunto com os profissionais em saúde, sociedade civil e governo federal, participação ativa do Estado no Conselho Estadual de Saúde, respeitando e ampliando suas deliberações;
48. Potencializar a relação com o Governo Federal, para o desenvolvimento diversos programas federais de investimento em infraestrutura e atendimento nos municípios, como, a Saúde da Família, o SAMU, Brasil Sorridente, articulando-os com os programas estaduais de qualificação da saúde pública;
49. Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde;

50. Pactuar e gerenciar a integração da disseminação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, desenvolvendo ações de vigilância em saúde do trabalhador;
51. Rastrear e tratar os casos de Hanseníase do Tocantins e oferecer assistência integral aos pacientes que necessitem de reabilitação, tratamento cirúrgico ou de assistência psicossocial;
52. Ampliar e fortalecer as ações regionais de Combate à Dengue;
53. Promover o combate a Leishmaniose canina em parceria com municípios;
54. Fortalecer a política de controle de zoonoses em parceria com os municípios;
55. Fortalecer ações de pesquisa e extensão com a Fundação de Medicina Tropical;
56. Organizar as estruturas e instrumentos de Estado para que, em ação multidisciplinar e intersetorial e por intermédio de um plano estadual permanente de objetivos e metas, se fortalece e se aumenta a capacidade de enfrentamento e de resposta às doenças emergentes e endemias, com ênfase na AIDS, dengue, hanseníase, tuberculose, leptospirose, influenza e febre amarela entre outras;
57. Estimular a produção de conhecimento em vigilância em saúde, buscando integrá-la à política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde;
58. Implementar as Práticas Integrativas e Complementares na rede pública de saúde, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada ao cuidado continuado, humanizado e integral em saúde;
59. Fortalecer o processo de descentralização das ações de vigilância (epidemiologia, vigilância sanitária, vigilância ambiental e vigilância em saúde do trabalhador) de forma integrada para uma política em saúde mais efetiva;
60. Implantar Políticas para redução da mortalidade materna e infantil garantindo pré-natal de qualidade, referência hospitalar para as gestantes;
61. Qualificar os serviços de referência e a gestação de alto risco, incluindo as mulheres nos programas de saúde na rede SUS;
62. Viabilizar em todas as regiões da saúde, exames para detecção e prevenção do câncer de mama e do colo do útero;
63. Combater a mortalidade infantil melhorando a cobertura vacinal, a segurança alimentar e incentivando o aleitamento materno;
64. Reorganizar a rede de atenção integral à saúde mental de forma que os CAPS sejam efetivamente acessados por pessoas com transtornos, priorizando também o apoio matricial para atenção básica;
65. Regulamentar o agente redutor de danos integrando sua participação aos diferentes serviços de saúde pública, especialmente nos CAPS AD (álcool e drogas) e promover a ampliação dos serviços de saúde mental nos municípios;

66. Articular as políticas de saúde, de assistência social, de educação e de segurança pública, com vistas a desenvolver ações integradas de atenção integral aos usuários;
67. Implantar sistema de informações integrado e transversal com o sistema de saúde para subsidiar o monitoramento da rede de saúde mental;
68. Garantir as conquistas obtidas com a reforma psiquiátrica, em especial a inclusão social;
69. Desenvolver uma política especial e ampla para prevenção, tratamento e reabilitação das pessoas com transtornos derivados do uso de substâncias psicoativas, para os dependentes do crack, álcool e outras drogas, incorporando diversas modalidades de acompanhamento dos usuários, suas famílias, pessoas em situação de rua, risco e vulnerabilidade social.
70. Realizar campanhas para prevenção e combate a doenças sexualmente transmissíveis – DST, com participação da comunidade, escolas e outros atores sociais;

SEGURANÇA PÚBLICA

SITUAÇÃO ATUAL

A Segurança Pública no estado do Tocantins necessita de um conjunto definido de prioridades, estabelecidos a partir de diagnósticos consistentes e inspirados por princípios e valores estruturantes, igualmente explicitados. Um volume considerável de recursos foi, assim, dispersado no desenvolvimento de iniciativas quase sempre tópicas, fragmentadas e orientadas muito mais para a manutenção do modelo tradicional das unidades que compõe o sistema de segurança estadual do que para a sua necessária avaliação crítica, construtiva e modernizante, e o seu consequente aperfeiçoamento técnico e gerencial.

Atualmente a estrutura segmentada burocratiza e encarece, refletindo numa maior ineficiência. A integração se inicia com a utilização das corretas tecnologias para melhorar o contato com a população e aprimorar o serviço de inteligência investigativa. Existe uma necessidade urgente de se motivar os policiais, honrando os acordos e direitos constituídos.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Existe a necessidade da melhoria da infraestrutura das forças de segurança do Estado, assim como, a promoção do bem-estar da população conferindo a segurança, através da efetivação, eficiência e modernização das forças de segurança do estado, fomentando a inteligência de maneira integrada, respeitando as especificidades e as responsabilidades das forças evitando sobreposição e retrabalho.

PROPOSTAS

1. Estruturar as forças de segurança sob uma mesma coordenação estratégica para promover a integração;
2. Implantar o **Plano Integrado de Segurança Pública** integrando a Polícia Militar, SAMU, Guarda Metropolitana, Corpo de Bombeiros, Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e demais apoios em ocorrências;
3. Ampliar o uso de tecnologias de informação e comunicação de maneira integrada para melhorar a eficiência e integração dos serviços de segurança à comunidade;
4. Priorizar a implantação da Polícia Comunitária para as Cidades;
5. Criar o Instituto Tocantinense de Segurança Pública para gerar, sedimentar e disseminar conhecimento em Segurança Pública, unindo os órgãos educação, de ciência, tecnologia e inovação, e demais áreas;
6. Fortalecer a integração das forças de segurança com outros Estados, principalmente, os limítrofes;
7. Expandir o monitoramento e análises eletrônicas nas zonas urbana e rural, melhorando a produtividade e qualidade dos serviços de polícia;
8. Implantar a AGENCIA DE INTELIGENCIA DO TOCANTINS, sendo uma central de inteligência para suportar as investigações, no âmbito de todas as forças de segurança;
9. Estruturar delegacias especializadas com distribuição racional no território, interligadas pela central de inteligência, de forma a atender todo o Estado;
10. Melhorar a alocação do efetivo de segurança;
11. Modernizar a gestão das forças de segurança, buscando melhorar a efetividade da atividade fim;
12. Aperfeiçoar o serviço do Sistema Integrado de Operações – SIOP, de forma a garantir a efetividade do atendimento integrado e demais apoios em ocorrências;
13. Promover a estruturação e gestão eficiente dos presídios de forma a prover segurança a população e cumprir sua função social de remissão e ressocialização dos detentos e das detentas;
14. Implementar atividades econômicas em presídios com parcerias com a iniciativa privada, sociedade civil, universidades, escolas técnicas e entes governamentais;
15. Modernizar o plano de carreira da polícia civil;
16. Melhorar a infraestrutura de todos os destacamentos do estado;
17. Estabelecer critérios de promoção justa para a carreira militar, valorizando a promoção por mérito e tempo de serviço;
18. Apoiar as prefeituras na implantação de videomonitoramento fixo nas cidades, integrando sinal com as forças de segurança pública;

19. Melhorar os serviços de apoio ao policial com relação ao seu bem-estar social e saúde mental;
20. Implementar serviços relativos a segurança pública, também no RESOLVE TOCANTINS;
21. Melhorar e ampliar a estrutura do Corpo de Bombeiros e Defesa Civil para garantir o atendimento com qualidade;
22. Melhorar e ampliar a estrutura da Polícia Militar Ambiental para garantir a proteção a fauna, flora e recursos hídricos tocaninense;
23. Implementar em parceria com os municípios, políticas públicas para melhoria do trânsito, transporte público e da mobilidade urbana;
24. Garantir a permanente sinalização viária das rodovias estaduais para promover a segurança no trânsito.

Eixo II – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ECONOMIA

SITUAÇÃO ATUAL

O Estado do Tocantins tem grandes oportunidades, possui economia predominantemente primário-exportadora e com grande dependência do setor público. Detentor de um dos menores Produto Interno Bruto brasileiro, ocupando a 24ª posição, mas com uma grande perspectiva. Diante do contexto, são indispensáveis medidas que criem novas centralidades urbanas, áreas de desenvolvimento rural integrado e diversifique a base econômica estadual.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Os investimentos na economia ampliam as oportunidades e os meios necessários para que o estado do Tocantins aumente os seus ganhos produtivos. Assim, é fundamental expandir a capacidade dos bens produzidos no Tocantins para adentrar em novos mercados, bem como incentivar a criação de novas atividades. Este cenário é viável por meio de ações que modifique o ambiente institucional em prol da inovação e do empreendedorismo. É imprescindível, concentrar os esforços nos setores que trazem benefícios econômicos para o estado em curto, médio e longo prazos.

CADEIAS PRODUTIVAS

1. Fortalecer a diversificação e aumento da produtividade e a capacidade de gerar valor agregado das cadeias produtivas do estado;
2. Articular com o setor privado o desenvolvimento de planos setoriais que possibilitem a atração de negócios para o encadeamento das cadeias produtivas mais competitivas do estado, agregando valor aos produtos e gerando emprego e renda;
3. Fortalecer, em parceria com entidades do setor empresarial, as principais cadeias produtivas do estado do Tocantins – Carne Bovina, Silvicultura, Piscicultura, Soja / Milho, Arroz, Aves / Suínos, Fruticultura, Leite;
4. Fomentar e incentivar novas cadeias produtivas tecnológicas, tais como: Energias Renováveis, Biocombustíveis e Matérias Primas Renováveis;
5. Fomentar e incentivar cadeias produtivas de inclusão produtiva, tais como: Artesanatos Regionais, Mel, Rochas Ornamentais, Turismo, entre outros;

6. Estimular o uso sustentável das riquezas geológicas do estado, promovendo a gestão estratégica das informações, atraindo investimentos e estruturando cadeias produtivas minerais já implantadas;
7. Estruturar e aprimorar a atuação estratégica do Conselho de Desenvolvimento Econômico, promovendo a governança das cadeias produtivas.

Ambiente De Negócios

1. Promover a segurança jurídica e estabilidade institucional para a realização de negócios no estado;
2. Criar o Programa **INVISTA NO TOCANTINS**, onde os investidores terão garantia que as regras jurídicas no âmbito estadual vigentes, relacionadas à sua atividade, não serão alteradas nos próximos anos;
3. Criar uma estrutura especializada para atração de investimentos nacionais e internacionais que operará de forma transversal com as diversas pastas, apoiando, promovendo e harmonizando as diversas políticas e ações buscando a maximização dos investimentos no Tocantins;
4. Promover a internacionalização da economia do Tocantins, estimulando a ampliação e diversificação da pauta exportadora e importadora;
5. Criar o Programa RESOLVE TOCANTINS em todo o estado, para aproximar o governo do cidadão e prestar serviços públicos com eficiência e qualidade;
6. Criar um programa para estimular as compras locais visando estimular a economia e ampliar a arrecadação tributária;
7. Promover a melhor acessibilidade e qualidade ao serviço de telecomunicações;
8. Melhorar o acesso e reduzir o custo da energia elétrica pelo estímulo do uso da energia solar;
9. Incentivar a melhoria na distribuição do combustíveis e gás de cozinha;
10. Estimular a melhoria da disponibilidade de voos para o estado, com vistas a implantação de um “hub” aéreo;
11. Melhorar a qualidade das rodovias com manutenção mais barata e eficaz;
12. Melhorar a qualificação profissional no estado, com cursos mais focados nas necessidades demandadas pela economia;
13. Melhorar a qualidade do ensino no ensino fundamental e médio;
14. Apoiar a melhoria na prestação de serviços jurisdicionais;
15. Promover a segurança no trânsito;
16. Ampliar a autonomia fiscal do governo estadual;

17. Melhorar o nível de efetividade na execução orçamentária;
18. Ampliar a transparência da administração pública.

Logística

1. Melhorar o acesso das áreas agropecuárias com as plataformas de transbordo da Ferrovia Norte-Sul;
2. Implantar programa de melhoria e manutenção continuada das estradas e pontes vicinais em todas as regiões do estado.
3. Construir pontes para integração e circulação comercial e de pessoas com prioridade para às pontes de Porto Nacional, Xambioá e Tocantinópolis;
4. Viabilizar a Duplicação da BR 153, junto ao Governo Federal;
5. Melhorar o acesso ao polo Turístico do Jalapão respeitando os limites ambientais da região;
6. Viabilizar junto ao Governo Federal a pavimentação da TO 010: Paranã – Distrito Federal e Tocantínia – Itacajá e seu prosseguimento até o litoral;
7. Articular a implantação da Rodovia Transbananal (TO 500): São Félix do Araguaia (BR 242) – Formoso do Araguaia. A sua implantação requer o atendimento integral do projeto básico elaborado pela SEINFRA, preservando os limites ambientais de modo a não gerar prejuízos irreversíveis;
8. Articular construção de eclusas nas hidroelétricas de Peixe, São Salvador, Ipueira, Tupiratins e Serra Quebrada, além de Lajeado e Estreito;
9. Articular a implantação e operacionalização dos pátios da Ferrovia Norte-Sul, com a previsão de cinco terminais de cargas, conforme projeto já existente;
10. Ampliar e melhorar os principais Aeroportos Regionais e Pistas de Pouso do estado, principalmente em regiões com maior aptidão turística e econômica;
11. Atrair transportadoras, reparadora, armazéns e demais atividades voltadas para a logística;
12. Apoiar a implementação e dinamização do ECOPORTO de Praia Norte;
13. Apoiar a implementação do Terminal de Grãos na Região Sul do Estado;
14. Desenvolver sistema de informações para inventário, cartografia e análise e prognose de demanda dos equipamentos de integração do sistema de transporte atual no estado;
15. Implementar modelo de concessão de operação público privado (PPP) que atraia investimentos para o sistema de transporte e negócios logísticos no estado.

Rural

1. Criar um sistema de inteligência estratégica para reorganizar o setor agropecuário do estado com articulação internacional, nacional, regional e local;
2. Implantar o programa TECNOLOGIA NO AGRO, criando ambiente de desenvolvimento e disseminação de tecnologias, aproximando as ações da UNITINS e do RURALTINS, transformando o estado em fornecedor de tecnologias agropecuárias e agroindustriais;
3. Fortalecer a UNITINS como centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário no Tocantins;
4. Reativar o crédito fundiário;
5. Fortalecer e tornar mais efetiva a extensão rural promovida pelo RURALTINS;
6. Estruturar e fortalecer a defesa e a certificação agropecuária no estado, através da expansão e modernização da Agência Tocantinense de Defesa Agropecuária – ADAPEC;
7. Implantar infraestrutura pública para a pesca (capatazias) nas comunidades ribeirinhas;
8. Apoiar à Agricultura Familiar;
9. Incentivar e fomentar programas de estímulo à agroindústria familiar e, viabilizar assistência técnica e extensão rural de qualidade;
10. Ampliar as linhas de crédito para fomento à produção e comercialização da agricultura familiar;
11. Fortalecer e Ampliar os Programas Institucionais de Aquisição de Alimentos pelo governo, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; o Programa Nacional e Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Garantia de Preço Mínimo – PGPM;
12. Estruturar modelo para inspeção de produtos agroindustriais da agricultura familiar (SIE, SIM, SUASA);
13. Fomentar a agregação de valor à produção de grãos, em especial a soja, estimulando investimentos à jusante e montante, tais como atração de investidores para adubação e fertilizantes, aves-suínos e ração;
14. Apoiar os projetos de aproveitamento dos recursos hídricos, principalmente para a fruticultura irrigada e a piscicultura;
15. Impulsionar o crescimento das indústrias vinculadas ao agronegócio localizados à montante e à jusante da cadeia produtiva;
16. Estruturar modelo para funcionamento e consolidação dos perímetros irrigados, principalmente, os Perímetros Manoel Alves, Sampaio e São João;
17. Implantar o Programa de melhoramento de pastagem e melhoramento genético em parcerias com instituições como EMBRAPA, ABCZ, ACNB, dentre outras;

18. Implantar políticas públicas para incentivo do plantio de algodão, capim elefante e outras culturas potenciais;
19. Construir poços artesianos e açudes para pequenos agricultores e assentados para solucionar a falta de água, especialmente no período da seca;
20. Estimular a exploração dos reservatórios de usinas Hidroelétricas, de Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCH e de Projetos Hidroagrícolas para criação de peixes em tanque rede;
21. Capacitar produtores, técnicos e trabalhadores rurais para exploração sustentável de agricultura de várzea;
22. Fortalecer a realização da AGROTINS para alcançar novos patamares do agronegócio e agricultura familiar no estado;
23. Estimular o plantio de florestas madeiras e seringueiras, visando a produção e industrialização dessas matérias primas do estado.

Economia Verde

1. Implementar o PROGRAMA TOCANTINS SOLAR visando ampliar, fomentar e incentivar a produção de energias limpas;
2. Incentivar o uso de tecnologias sustentáveis ampliando o Programa Agricultura de Baixo Carbono;
3. Atrair investimentos para a economia verde a partir dos recursos naturais, bioprospecção, fármacos, cosméticos e nutracêuticos;
4. Criar e implantar o programa “Menos Queimadas”, com incentivos para redução de queimadas, mitigando mudanças climáticas e buscando acessar mercados de sequestro de carbono;
5. Aprimorar os sistemas de controle e gestão do ICMS Ecológico, visando estruturar o sistema de pagamento de serviços ambientais;
6. Estimular sistemas agroecológicos e orgânicos de produção.

Turismo

1. Estimular e consolidar os segmentos Ecoturismo, Turismo de Aventura, Eventos/Negócios, Cultural/Religioso, Sol e Praia, bem como desenvolver o Turismo de Observação de Aves, de Pesca Esportiva, Turismo Científico;
2. Melhorar a infraestrutura e realizar o ordenamento nas regiões turísticas do estado, sobretudo no Jalapão, com respeito à capacidade de carga dos atrativos naturais e aos direitos das comunidades tradicionais;
3. Implantar patrulha permanente de manutenção das estradas não pavimentadas do Jalapão nos seis primeiros meses da gestão;
4. Promover a otimização e desenvolvimento de atrativos turísticos em parceria com a iniciativa privada, através de concessões, Parcerias Público Privadas - PPP e outros mecanismos. (Cachoeira da Velha / Prainha, Parques Estaduais);
5. Viabilizar linhas de crédito com condições diferenciadas para as atividades de turismo pela Agência de Fomento do Tocantins, Banco do Povo e outras instituições;
6. Promover a melhoria do acesso e pavimentação até o Jalapão, com participação social e sustentabilidade ambiental;
7. Melhorar o atendimento e os serviços relacionados à hospitalidade, gastronomia, segurança, idiomas, formação de guias, para a demanda mais exigente, sempre dando oportunidade à população local;

8. Participar em parceria com o Ministério do Turismo e Embratur, em eventos nacional e internacional de promoção do turismo tocantinense;
9. Apoiar e realizar eventos regionais para reforçar a identidade da gastronomia no estado;
10. Promover a gestão ambiental integrada da região, reforçando o Conselho do Mosaico do Jalapão;
11. Apoiar o desenvolvimento da atividade turística nas Serras Gerais com qualificação profissional, sinalização, promoção e apoio à comercialização de roteiros integrados;
12. Estimular o uso econômico sustentável do Parque Estadual do Cantão e região, e da Pousada Araguaia, em parceria com a iniciativa privada;
13. Implantar Plano de Desenvolvimento Territorial para a Ilha do Bananal com base no turismo integrando ações sociais, fortalecendo a cultura indígena e suas manifestações, com foco na sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental da maior ilha fluvial do mundo;
14. Apoiar a atividade econômica dos potenciais atrativos para Sol e Praia em todo o Estado, em parceria com Prefeituras Municipais e iniciativa privada;
15. Contribuir para a melhoria da infraestrutura das cidades polo de turismo no estado do Tocantins;
16. Apoiar a implantação do DISTRITO TURÍSTICO DE PALMAS, em parceria com a Prefeitura de Palmas e iniciativa privada para funcionar como grande receptivo, de turismo de eventos, ecoturístico e de entretenimento.

Economia Popular e Solidária

1. Implantar estratégias para o estímulo do cooperativismo e da economia solidária nas 10 (dez) Regiões Estratégicas de Desenvolvimento, visando a inclusão social e produtiva;
2. Estimular a implantação de fábricas de bloquetes para contribuir com a pavimentação e calçamento nas cidades do estado, gerando emprego e renda principalmente nos pequenos municípios.
3. Ampliar e fortalecer o microcrédito no campo e na cidade;
4. Apoiar a implantação de “Bancos Comunitários” e outros mecanismos econômicos para o fortalecimento das comunidades e dos pequenos municípios;
5. Estimular o empreendedorismo feminino e juvenil;
6. Apoiar iniciativas cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
7. Dinamizar canais de comercialização para os produtos de experiências de economia solidária e da sociobiodiversidade no estado;

8. Apoiar a incubação e assessoramento a empreendimentos cooperativos e da economia solidária;
9. Apoiar a implementação da Identificação Geográfica do Capim Dourado, visando sua inserção mais qualificada nos mercados nacional e internacional.

EIXO III – GESTÃO PÚBLICA

GESTÃO

CENÁRIO ATUAL

As múltiplas mudanças de governo em curto espaço de tempo ocorridas nos últimos anos colaboraram fortemente para a desorganização da estrutura de gestão, incorporando nas rotinas de trabalho diversos problemas como a sobreposições de funções, retrabalhos e a mais absoluta falta de transversalidade entre os diversos órgãos da administração estadual. Em alguns casos, o exuberante acúmulo de funções, nem sempre correlatas, sob a responsabilidade de um mesmo ordenador resultou na sublimação de atividades importantes da responsabilidade do Governo e exaltação de outras, conforme a preferência do gestor ou oportunidades que se apresentaram.

Alguns sistemas de gestão encontram-se sucateados pela falta de atualizações, capacitação de servidores e alinhamento com a evolução do mercado e da legislação.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Parte considerável da solução dos problemas do Tocantins passa por uma gestão eficiente, ágil, transparente e com muita transversalidade entre os diversos órgãos. Diversas ações estruturantes, sistematizantes e de revisões de processos serão necessárias com apoio de ferramentas de gestão como a informática com olho firme na modernidade e em experiências exitosas de outros locais para corrigir com racionalidade os rumos da administração pública voltados tanto para a melhoria dos serviços à população, bem como para a otimização da máquina e o apoio à tomada de decisões da Gestão.

Neste sentido, ações serão implementadas conforme abaixo:

PROPOSTAS

Governança

1. Criar e Implantar o Comitê de Monitoramento do Plano de Governo, com participação de agentes públicos e da sociedade civil organizada, estabelecendo um acompanhamento contínuo das ações;
2. Revisar a estrutura administrativa, buscando a divisão racional e equilibrada dos trabalhos e das responsabilidades, evitando sobreposições e conferindo nível de unidade de gestão aos temas de relevância para o desenvolvimento do Tocantins;
3. Integrar as diversas escolas de capacitação dos servidores estaduais, otimizando as suas estruturas, valendo-se dos recursos financeiros e orçamentários dos fundos correlatos;

4. Implantar o Programa CARREIRA JUSTA visando valorizar o servidor público em suas carreiras, com pagamento justo e em dia, respeitando a data base e a política de progressões, com objetivo da melhor prestação de serviços públicos para a sociedade;
5. Valorizar os gestores dos órgãos públicos, com foco no resultado;
6. Valorizar os servidores com foco no mérito valendo-se de monitoramento de indicadores;
7. Garantir o cumprimento das regras, da qualidade dos serviços e repasses de recursos referentes ao Plano de Saúde – PlanSaúde dos servidores estaduais;
8. Recuperar e melhorar a gestão e a transparência do Instituto de Gestão Previdenciária – IGEPREV;
9. Implantar o **PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIDADE**, com mecanismos que garantam a capacitação e a melhoria contínua da qualidade e produtividade do serviço público;
10. Melhorar a qualificação dos servidores em todos os níveis, implantando cursos de capacitação, graduação e pós-graduação;
11. Criar o Órgão responsável pela condução das políticas para o desenvolvimento da mineração do Tocantins;
12. Criar órgão específico para Desenvolvimento do Turismo no Tocantins, responsável pelo planejamento, ordenamento, políticas públicas do tema, atração de eventos e recursos, em harmonia com as Regiões Estratégicas de Desenvolvimento - RED e suas especificidades;
13. Reestruturar o Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE visando a ampliação e o empoderamento da representação da sociedade civil organizada;
14. Criar a Órgão Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a responsabilidade da implantação das políticas estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação em harmonia com os outros órgãos relacionados ao tema;
15. Fortalecer a FAPT como órgão de fomento à pesquisa, integrado às demais iniciativas de promoção e estruturação do desenvolvimento econômico com base na inovação, ciência e tecnologia;
16. Criar estrutura para apoio aos projetos de interesse estratégico para o Estado, visando estabelecer foco das ações para seu desenvolvimento, que frequentemente extrapolam a competência e capacidade técnica das secretarias como por exemplo, Pátios da Ferrovia Norte Sul, hidrovía do Tocantins, Porto de Praia Norte, Parques Tecnológicos, Aeroportos, Entrepasto fiscal do Amazonas no TO, dentre outros;

Planejamento

1. Fortalecer a Secretaria de Planejamento do Tocantins – SEPLAN com vistas à atualização e monitoramento continuados do Plano Estratégico do Tocantins, harmonizando e apoiando os planos estratégicos das Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – RED;
2. Manter e ampliar o monitoramento sistemático de indicadores para avaliação de ações e projetos, com apoio dos demais órgãos;
3. Monitorar e promover o alinhamento dos diversos planos como, Plano de Governo, Plano estratégico, Planos Regionais e Planos Setoriais com o plano orçamentário (PPA / LDO e LOA), com foco na distribuição de recursos para as Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – REDs;
4. Criar o **ARMAZÉM DE DADOS DO TOCANTINS** – ADT com objetivo de ordenar e dar acesso sistêmico às informações produzidas de forma a integrar e dar amplo uso a essas informações pelos demais órgãos da administração e à população em geral;
5. Descentralizar a gestão empoderando os diversos órgãos da administração, com foco nas Regiões Estratégicas de Desenvolvimento - REDs;

Desburocratização e Governo digital

1. Implantar o **RESOLVE TOCANTINS** agrupando em um mesmo local diversos serviços públicos, em parcerias com Prefeituras, órgãos federais e empresas prestadoras de serviços públicos;
2. Criar o Grupo de Análise de Processos – **GAP** para estudar, simplificar, sistematizar, padronizar e orientar os fluxos dos processos da administração pública com vistas à desburocratização;
3. Implantar o Programa **TOCANTINS DIGITAL**, para informatizar a administração do Estado, de forma modular, continuada e integrada, buscando a melhoria na eficiência dos serviços públicos e a desburocratização;
4. Avançar fortemente com a digitalização de todos os processos físicos (GED), agilizando os tramites, melhorando a produtividade, oferecendo serviços ao cidadão com mais agilidade, favorecendo a transversalidade e transparência;
5. Buscar a integração, padronização dos diversos sistemas, orientados pelo Plano Diretor de Informática - PDI, de forma a evitar duplicidade de dados e retrabalhos entre os diversos órgãos da administração estadual;
6. Reestruturar as redes de TI do Estado, e adequar os equipamentos de Hardware às necessidades do programa TOCANTINS DIGITAL, à medida da sua implantação;

Tributária e Fiscal

1. Melhorar a capacidade de arrecadação, sem aumentar alíquotas de impostos;
2. Criar e implantar escopo legal que confira ampla **SEGURANÇA JURÍDICA** aos investimentos no Estado, garantindo que as regras vigentes não se alterem por um período determinado de tempo;
3. Criar escopo legal de estímulos à implantação de Parques tecnológicos e empresas de base tecnológicas objetivando a atração de investimentos afins e geração de emprego e renda qualificados no âmbito estadual, buscando sinergias com as legislações municipais onde ocorrem sua implantação;
4. Avaliar e revisar os programas de incentivos fiscais, com base na eficácia, eficiência na promoção da competitividade, definindo sua concessão a partir da aprovação pelo CDE;
5. Integrar as coletorias estaduais aos RESOLVE TOCANTINS melhorando a prestação dos serviços aos contribuintes;
6. Otimização dos Postos Fiscais em todo o estado;
7. Implantar sistema de inteligência fiscal;
8. Criar programa de estímulos para a geração e consumo de energia sustentável, com vistas à mudança da matriz energética do Estado e viabilização dos custos de energia para os Tocantinenses;
9. Revisar a legislação tributária com vistas ampliar a desburocratização e a competitividade nacional e internacional do Tocantins;
10. Implementar câmaras de arbitragem especializadas para dirimir conflitos fiscais e ambientais, desonerando a os processos de cobrança, e o sistema judiciário;
11. Informatizar os processos da dívida ativa de forma integrada aos demais sistemas, visando agilizar o seu recebimento;
12. Promover modernização tributária, visando estimular a atividade econômica, principalmente das micro e pequenas empresas;
13. Informatizar os processos de concessão de incentivos fiscais, para sua gestão estratégica, controle e transparência.

Finanças Públicas

1. Criar um **Núcleo de Captação de Recursos - NCR**, responsável pelo acompanhamento e seguimento dos ritos de busca de recursos, apoiando os órgãos fins na aprovação de seus projetos;

2. Reordenar as contas do estado do Tocantins buscando melhorar, no menor espaço de tempo possível, a sua classificação fiscal para possibilitar o financiamento dos investimentos públicos necessários;
3. Promover renegociação de débitos para redução da inadimplência, evasão fiscal e da dívida ativa;
4. Estabelecer uma política para que os gastos com pessoal possam ser cumpridos de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e valorizando os servidores públicos em suas funções estratégicas;
5. Realizar avaliações permanentes de processo e de impacto dos recursos públicos aplicados em obras e ações estratégicas, principalmente aquelas que requerem financiamentos externos;

EIXO IV – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

MEIO AMBIENTE

SITUAÇÃO ATUAL

A trajetória atual do mundo em termos ecológicos, demográficos e econômicos é insustentável. Isso significa que se continuarmos “deixando as coisas como estão” teremos de lidar com crises econômicas, sociais e ecológicas, cujos resultados serão calamitosos. No estado do Tocantins, contamos com grande riqueza ambiental, um ecossistema único formado em zonas de transição entre o Cerrado e a Amazônia, que se não for cuidado em suas especificidades causará sérios problemas ambientais, como por exemplo, a seca de alguns rios outrora perenes que estamos assistindo nos últimos anos. Estes problemas ambientais se não forem devidamente mitigados poderão se tornar em irreversíveis para as gerações futuras.

O estado conta com uma moderna legislação ambiental, sendo um dos pioneiros no Brasil na implantação do ICMS Ecológico. As políticas de Meio Ambiente do estado do Tocantins atualmente incluem programas voltados para a recuperação, conservação e sustentabilidade em variadas áreas ambientais. Destacamos início da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o objetivo de identificar e de promover a recuperação das áreas degradadas. Entretanto, entraves burocráticos e de gestão, muitas vezes tornam a área ambiental do governo ineficazes em seus objetivos.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

Precisamos de estratégias que protejam nosso meio ambiente – florestas, recursos hídricos, biodiversidade - e ao mesmo tempo seja fonte de oportunidade para a geração de riquezas para nossa população, principalmente, aquela que vive e depende dos recursos naturais. É imprescindível promover a transformação da riqueza ambiental em econômica, através dos diversos mecanismos de desenvolvimento limpo existentes. Vamos construir uma estratégia de desenvolvimento que busque instituir novos vetores de crescimento econômico, novas fontes de empregabilidade e soluções sustentáveis que reforce e melhore o capital natural da terra, dos recursos hídricos e da biodiversidade.

Áreas Protegidas, Unidades de conservação e Serviços Ambientais

1. Implantar políticas de incentivo baseada em sistemas de pagamento por serviços ambientais, compensações tributárias (ICMS “ecológico” e outros) e ferramentas similares, especialmente nas áreas destinadas a formação de corredores ecológicos, recursos hídricos e outras áreas consideradas prioritárias;

2. Incentivar a criação de Unidades de Conservação na categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), principalmente em áreas de corredores ecológicos ou de produção de água (nascentes);
3. Fortalecer o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Tocantins (SEUC), com a promoção da gestão integrada destas UC's;
4. Estimular a pesquisa e extensão para geração de conhecimentos em prol do desenvolvimento sustentável das áreas protegidas;
5. Fomentar a criação de instrumentos de incentivos econômicos para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em áreas de proteção ambiental, onde o uso humano é permitido;
6. Fortalecer a capacidade institucional na gestão das Unidades de Conservação; implementar mecanismos de gestão territorial que possibilite o fluxo gênico e de espécies entre UC (corredores ecológicos e mosaico de UCs);
7. Implementar monitoramento e avaliação da gestão e da efetividade de conservação ambiental por meio do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Tocantins (SEUC);
8. Elaborar e implementar um plano de sustentabilidade financeira para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Tocantins - SEUC, baseado em parcerias ambientais público-privadas focadas em usos públicos e serviços ambientais;
9. Realizar a regularização fundiária de UCs públicas a partir de diversos mecanismos financeiros e os de compensação de reserva legal instituídos nas leis de proteção a vegetação nativa;
10. Incentivar os municípios a implantar novas Unidades de Conservação municipais em áreas de relevante interesse ambiental, utilizando ferramentas de incentivo fiscal (ICMS Ecológico) e ações de compensação relacionadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos;
11. Promover incentivos a projetos de instituições de pesquisa com o propósito de avaliar ferramentas de implantação de serviços ambientais passíveis de ser gerados pelas UCs, áreas protegidas e corredores ecológicos;
12. Estimular a alocação das áreas de reserva legal nos corredores ecológicos, em áreas prioritárias para a conservação e continuas as áreas de preservação permanente;
13. Estabelecer estratégias para a promoção da implementação da lei de proteção da vegetação nativa.

Gestão Ambiental

1. Integrar os órgãos estaduais da área ambiental visando a ampliação da efetividade das políticas e suas ações;
2. Promover a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais através de ações integradas entre órgãos públicos, privados e a sociedade civil organizada, em cooperação com o Ministério Público Estadual, as Secretarias de Meio Ambiente das Prefeituras, Polícia Militar, Polícia Civil, IBAMA, entre outros;
3. Modernizar e desburocratizar a emissão de licenças ambientais, com segurança jurídica e agilidade administrativa;
4. Promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial do estado do Tocantins, de modo a garantir a função social da terra, bem como a proteção dos recursos naturais, de acordo com sua destinação social, econômica e ambiental;
5. Definir estrutura institucional e interinstitucional para estruturar o Cadastro Ambiental Rural - CAR e implantar os Programas de Regularização Ambiental - PRA;
6. Implementar o Programa Agenda 21 – Tocantins, visando o estabelecimento de estratégias, planos, políticas, ações de cooperação, parcerias, ampla participação do setor público e privado, das organizações não governamentais e dos demais segmentos da sociedade;
7. Melhorar o atual modelo de partilha dos valores do ICMS Ecológico para garantir a efetiva aplicação dos recursos na solução dos problemas ambientais, como o controle de queimadas, redução do desmatamento, preservação de áreas conservadas e a construção e operação de aterros sanitários;
8. Ampliar o uso de ferramentas de controle, por meio de tecnologias, que permita melhorar o monitoramento e fornecer indicadores de impacto das ações e políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento e queimadas;
9. Implantar em parceria com os municípios uma efetiva política de controle de queimadas;
10. Ampliar e democratizar o Conselho Estadual de Meio Ambiente com a inclusão de órgãos como a FUNAI e Universidades, além dos representantes das secretarias municipais de meio ambiente;
11. Implementar o Programa Município Verde visando a descentralização das ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental das atividades econômicas com o envolvimento dos municípios, segundo diretrizes das Regiões Estratégicas de Desenvolvimento - RED;
12. Capacitar continuamente os gestores públicos ambientais e fomentar a participação popular na criação de políticas públicas;

13. Fortalecer o Policiamento Ambiental para atuar na fiscalização e prevenção às infrações contra o meio ambiente e proteção às áreas de conservação;
14. Realizar convênios com os municípios para o desenvolvimento de ações que objetivam a destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, a fim de eliminar todos os lixões existentes e contribuir para a melhoria da qualidade ambiental e sanitária, atendendo o Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
15. Ampliar as ações de educação ambiental de forma continuada e integrada com as secretarias estadual e municipais de educação, saúde e RURALTINS;
16. Implantar o Programa Estadual de Arborização Urbana, em parceria com os municípios, envolvendo a população em atividades de plantio de espécies nativas com objetivo de melhorar a qualidade paisagística e ambiental das cidades, promovendo a geração alternativa de emprego e renda;
17. Priorizar a articulação para implantação de boas práticas ambientais na administração pública estadual;
18. Difundir a consciência ambiental para crianças e adolescentes através de campanhas, gincanas, festivais e outros mecanismos;

Recursos Hídricos e Saneamento

1. Implantar um Programa de Gestão em Alto Nível dos Recursos Hídricos com a aplicação de metodologias inovadoras para subsidiar a implementação e monitoramento em nível regional das atividades relacionadas a irrigação, produção de energia hidráulica, navegabilidade e degradação hídrica;
2. Aprimorar a gestão social e estimular o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica para consolidar a política de preservação e conservação de recursos hídricos relevantes do estado;
3. Melhorar os instrumentos de gestão territorial e de controle hídrico, de forma a evitar degradação e possibilitar a sustentabilidade de ambientes considerando o conjunto de iniciativas de bacia hidrográfica;
4. Implementar o Programa Mata Ciliar visando a recomposição da vegetação que protege às margens dos principais rios, lagos, bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento para garantir a recomposição florestal, qualidade e disponibilidade da água e a formação de corredores de biodiversidade no estado;
5. Ampliar e unificar a rede de postos de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas no estado para possibilitar gestão adequada e sustentável dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

6. Implementar a universalização do abastecimento de água tratada nas cidades para promover a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população;
7. Dinamizar a gestão econômica e financeira da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS;
8. Fomentar a ampliação das redes de esgoto e escoamento pluvial nos municípios tocaninenses.

Mudanças Climáticas

1. Estimular a adoção de modelos regionais de desenvolvimento sustentável para a redução de emissões de gases de efeito estufa;
2. Promover a implementação de política de redução de emissões de gases de efeito estufa por meio de projetos de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradações REDD+;
3. Estimular práticas de ações conscientes para a redução de consumo de água em sistemas de abastecimento doméstico, comercial e rural (irrigação);
4. Estimular práticas para a maior eficiência no consumo de energia;
5. Promover a gradativa mudança da matriz energética para fontes sustentáveis, em especial, a energia solar;
6. Estimular a implementação de sistemas agrossilvipastoris e inovações tecnológicas fundamentadas em sustentabilidade, como a Agricultura de Baixo Carbono (ABC);
7. Promover conhecimento e conscientização sobre mudanças climáticas nos sistemas estadual e municipal de ensino.

EIXO V – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

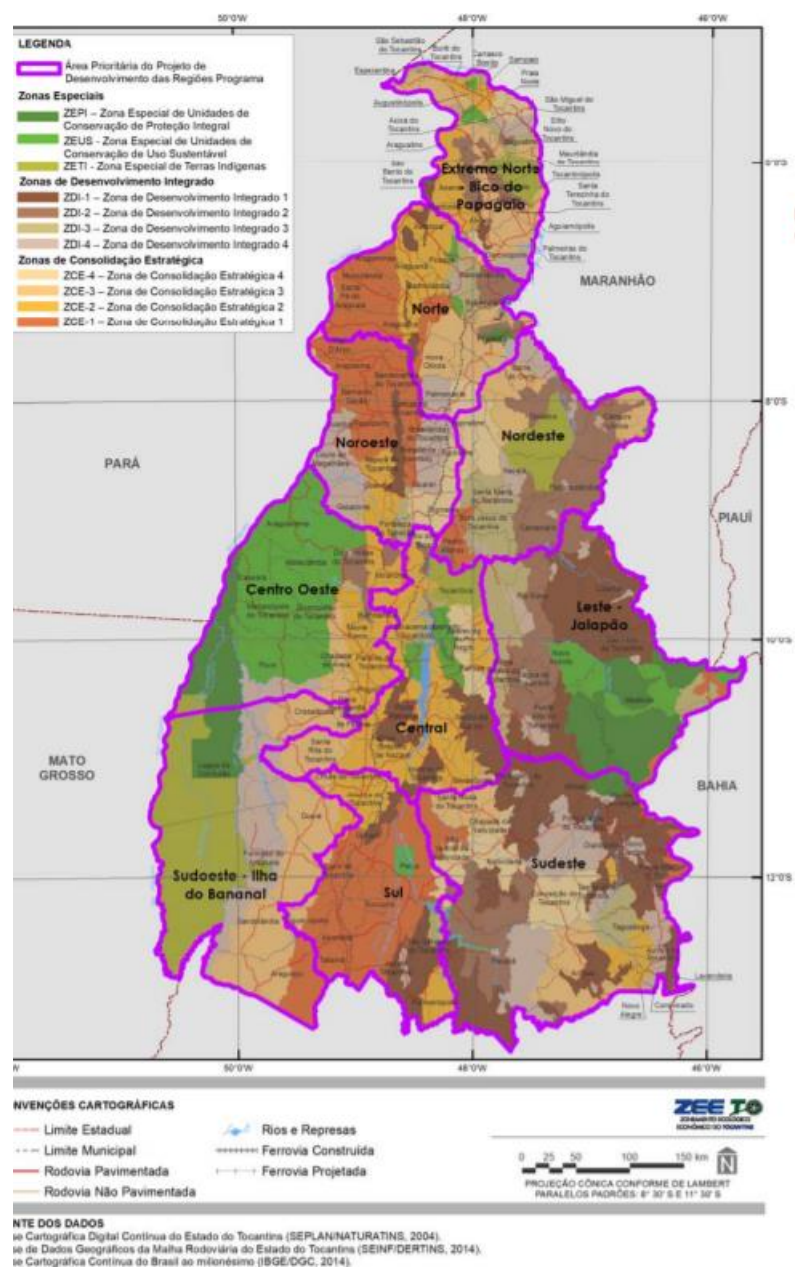
SITUAÇÃO ATUAL

O estado do Tocantins apesar de apresentar um cenário positivo nos contextos nacional e internacional quanto ao crescimento potencial da sua economia, porém apresenta um crescimento aquém de suas possibilidades. É uma economia primária-exportadora, de baixa produtividade, e além do mais têm uma distribuição regional da riqueza inadequada, com regiões amargando a estagnação econômica e, por consequência, um baixo nível de desenvolvimento. A baixa densidade demográfica presente no território é um fator estrutural que interfere negativamente na prestação de serviços públicos que exigem escala populacional, e também inibe a dinamização do mercado interno.

VAMOS VIRAR A PÁGINA

O Tocantins precisa de um novo ordenamento territorial, que proporcione aos municípios almejem melhores níveis de desenvolvimento econômico sustentável, com justiça social e preservação dos recursos naturais. Para isto, é necessário que seja gerada uma nova lógica administrativa, que traga maior aproximação entre as esferas de governo e também na articulação das próprias municipalidades. Com atuação estratégica, é possível promover maior eficácia na prestação de serviços públicos aos cidadãos em suas municipalidades e também encontrar novos caminhos para o desenvolvimento regional melhor distribuído e policêntrico.

Gestão Territorial



1. Criar e estruturar 10 (dez) Regiões Estratégicas de Desenvolvimento - RED no estado do Tocantins com descentralização administrativa e dos serviços públicos, visando dar autonomia e promover a articulação entre os municípios, principalmente em estratégias de desenvolvimento territorial, urbano, rural e ambiental;
2. Estimular o desenvolvimento regional a partir da integração de objetivos estratégicos e metas das Regiões Estratégicas do Desenvolvimento;
3. Elaborar Planos de Desenvolvimento para as 10 (dez) Regiões do estado, ligados às diretrizes estratégicas do estado, visando emular seu desenvolvimento endógeno, com geração de emprego e renda, principalmente a partir do setor privado;
4. Estruturar a política de desenvolvimento territorial a partir das Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – RED, estimulando formas de participação direta e digital da população e nas representações da sociedade civil organizada;
5. Implantar o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional - CERED e os Colegiados Regionais de Desenvolvimento Sustentável - CREDs para se constituir nos espaços de referência para discussão e acompanhamento da Política de Desenvolvimento Regional Estratégico do Estado do Tocantins, sem prejuízo das contribuições oriundas de outras instâncias de gestão social;
6. Incentivar os municípios para elaboração ou revisão dos seus Planos Regionais de Infraestrutura Viária e Logística;
7. Estimular a agregação de municípios para a elaboração de planos de utilização e proteção de recursos hídricos com abrangência regional;
8. Incentivar a agregação de municípios para a elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos prevendo soluções regionais baseado em consórcios intermunicipais promovendo a geração de emprego e renda;
9. Implementar melhorias de infraestrutura para o transporte rural, enfatizando o provimento de acessos locais orientados e integração entre municípios, escoamento da produção, transporte escolar e facilitação logística em geral;
10. Promoção à implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins - ZEE / TO;
11. Fortalecer as cadeias produtivas da sociobiodiversidade (Babaçu, Buriti, Capim Dourado, Bacaba, entre outros);
12. Promover a melhoria e reforço na consolidação das infraestruturas inscritas nas estratégias logísticas do estado, do Governo Federal e dos outros estados em apoio a um crescimento econômico forte;
13. Incentivar o desenvolvimento econômico harmônico e equilibrado, através de apoio a iniciativas locais e descentralização.

Cidades e Desenvolvimento Urbano

1. Estabelecer estratégias para contribuir com o desenvolvimento sustentável das cidades tocantinenses, aprimorando o municipalismo, ofertando suporte aos municípios na concepção de programas e projetos para a captação de recursos junto ao Governo Federal e outras fontes de financiamento para a promoção de seu desenvolvimento;
2. Criar o Programa TOCANTINSCIDADES com ênfase nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODS, promovendo a sustentabilidade das cidades apoiando intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento institucional, urbano e regional para dar suporte a execução de políticas públicas voltadas a concretização do desenvolvimento transformador e sustentável sem qualquer discriminação.
3. Implantar junto ao Gabinete do Governador um espaço institucional para recepcionar as lideranças municipais e estabelecer diretrizes e projetos em prol do desenvolvimento das cidades;
4. Incentivar os municípios e sua população a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los;
5. Promover o desenvolvimento tecnológico destinados a promoção do desenvolvimento urbano, institucional e regional;
6. Incentivar e contribuir para o planejamento das cidades, na elaboração e adequação dos Planos Diretores ao Estatuto das Cidades;
7. Apoiar a implementação de instrumentos de planejamento urbano e de combate à especulação imobiliária;
8. Fortalecer as estruturas de governança participativa para o desenvolvimento urbano e habitação, visando uma política permanente de formação, capacitação nos temas para sociedade civil organizada, quadros estaduais e municipais.
9. Criar o Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social para as 10 (dez) Regiões Estratégicas de Desenvolvimento do Tocantins, para desenvolver uma estratégia de geração de capacidades dos atores locais para o fortalecimento da gestão municipal, com a implementação de cursos de formação,

intercâmbio de experiências entre os atores participantes e o cofinanciamento de projetos pilotos voltados ao desenvolvimento territorial;

10. Estruturar um sistema de informações estratégicas para apoiar a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais.

Habitação

1. Desenvolver programas e ações voltados para a implementação da política habitacional de interesse social no estado de modo integrado com as políticas e planos setoriais do Estado, dos municípios e da União;
2. Implementar Programa Regional de Habitação de Interesse Social nas 10 (dez) Regiões Estratégicas de Desenvolvimento – REDs, onde o Estado deverá trabalhar em parceria com os municípios em seus prioritários projetos habitacionais;
3. Promover a capacitação regionalizada dos municípios para a elaboração e implementação de uma política habitacional baseada em princípios sustentáveis de desenvolvimento, objetivando a redução do déficit habitacional e a universalização do acesso à terra urbanizada e a ocupação ordenada do território;
4. Estabelecer parcerias com os governos municipais e Federal para a implantação de Núcleos de Assistência Técnica com profissionais das áreas jurídica, assistência social, de arquitetura e de engenharia, para atendimento nas 10 (dez) Regiões Estratégicas de Desenvolvimento - RED;
5. Fortalecer o Conselho das Cidades e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, visando a disponibilização eficaz dos recursos para realização de projetos habitacionais, de acordo com o preconizado no Estatuto das Cidades;
6. Produzir no mínimo, em parceria com o Governo Federal e Municípios, 25.000 unidades habitacionais, nas zonas urbana e rural;
7. Atender pelo menos 10.000 domicílios com reforma e ampliação, por meio do Programa de Melhorias Habitacionais, nas zonas urbana e rural;
8. Fortalecer a captação dos recursos dos Programas Federais, da Iniciativa Privada e Terceiro Setor para garantia da transversalidade e fortalecimento na execução das soluções compartilhadas;
9. Estabelecer parcerias entre o setor público e o privado, com cooperativas habitacionais, associações e organizações não governamentais para ampliar a provisão de novas moradias;
10. Estimular à produção de habitação de interesse social pelo mercado imobiliário de acordo com as necessidades dos planos locais de habitação e demais normativos estaduais e municipais;

11. Fomentar parcerias com o governo federal na implementação e potencialização do Cartão Reforma;
12. Reestruturar, em conjunto com os municípios o programa Cheque Moradia Tocantins, com foco no déficit qualitativo de moradia do estado;
13. Criar incentivos governamentais para dinamizar o setor da construção civil, com o foco estratégico na melhoria da qualidade das unidades habitacionais a serem produzidas;
14. Implementar o Sistema de Gerenciamento de Informações Habitacionais (SiGIH) com informações dos bancos de dados referentes aos cadastros de assentamentos precários, de demanda habitacional e de beneficiários de programas habitacionais, e integração com os cadastros municipais e Federal;
15. Estabelecer programas e projetos de acordo com as realidades locais e a situação de renda da população, para solucionar os problemas relativos às necessidades habitacionais de cada região do Estado do Tocantins, com prioridade aos grupos sociais mais vulneráveis, observando as especificidades do meio urbano e do meio rural e o respeito diversidade cultural dos povos tocaninenses;
16. Adotar tipologias diversificadas e padrões adequados de moradia nos programas e projetos de habitação de interesse social e de regularização fundiária, de forma a proporcionar condições apropriadas para assegurar a saúde física e mental, com respeito à cultura das comunidades tradicionais e da população rural e às demais necessidades dos cidadãos com deficiências, idosos e obesos;
17. Estimular o processo participativo de planejamento habitacional, com a utilização dos instrumentos de participação popular e controle social;
18. Adotar nos projetos habitacionais soluções sustentáveis, com a utilização de materiais regionais e implantação de placas de energia solar;
19. Adotar um programa de habitação específico favorecendo o funcionalismo público, prioritariamente os pertencentes as famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos

Regularização Fundiária

1. Implementar, em parceria com os municípios, programas de regularização fundiária, com o objetivo de redução do déficit habitacional, tanto qualitativo quanto quantitativo;
2. Criar equipes técnicas regionalizadas e itinerantes de engenheiros, arquitetos e topógrafos, em todo o estado, com o foco no apoio as prefeituras para que seja feita a regularização fundiárias dos municípios no estado (Terra Legal, INCRA, SPU).
3. Mitigar os problemas referentes à inadequação fundiária do território, em consonância com o Estatuto da Cidade, o Sistema e a Política Nacional de Habitação e os planos diretores participativos municipais;

4. Promover a identificação e cadastro de áreas públicas federais, estaduais e municipais, passíveis de implantação de empreendimentos habitacionais, em parceria com a União e os municípios;
5. Estabelecer identificação e cadastro de vazios urbanos em áreas adequadas para a implantação de empreendimentos habitacionais e delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, em parceria com os municípios;
6. Apoiar a formalização da titularidade dos imóveis, prioritariamente, em favor das mulheres;
7. Estruturar desenvolvimento de projetos diferenciados de regularização fundiária para o atendimento de comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades sociais e culturais;
8. Apoiar os municípios em ações que visem coibir a formação de novos assentamentos precários, a ampliação dos existentes e a ocupação de áreas de risco e ambientalmente impróprias, com medidas de caráter preventivo que ampliem as alternativas habitacionais regulares associadas a ações educativas;
9. Promover atualização do levantamento da situação fundiária e dos conflitos de terra existentes nos municípios, referente a imóveis públicos e privados, visando identificação e regulamentação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos, federais, estaduais e municipais, para solucionar cada uma das situações levantadas;
10. Fortalecer parcerias com os Cartórios de Registro de Imóveis, ou com a ANOREG, visando à isenção de custas e agilidade nos processos, para a emissão de certidões e realização dos registros imobiliários. (Lei nº 6.015)
11. Estruturar um grupo intersetorial, com a participação das unidades gestoras das áreas de habitação, planejamento, modernização e gestão, cidades, desenvolvimento urbano e regularização fundiária, infraestrutura e Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público para normatizar os procedimentos, orientar e dar suporte às ações nos municípios;
12. Estabelecer parcerias com entidades profissionais e educacionais para capacitação dos técnicos, gestores municipais e com órgãos e instituições públicas e privadas, além da Associação Tocantinense dos Municípios – ATM;
13. Apoiar os municípios e entidades da sociedade civil, para a captação de recursos objetivando a implementação de projetos de regularização fundiária plena;
14. Promover a regularização fundiária nas unidades de conservação ambiental estaduais que ainda não tiveram seus processos conclusos, em especial o Parque Estadual do Jalapão;
15. Apoiar junto ao Governo Federal a titulação definitiva do reconhecimento dos territórios quilombolas e da efetivação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins - RESEX;

16. Articular com o governo federal, de forma a estabelecer metas para a titulação definitiva dos assentados de reforma agrária e formalização das terras das comunidades tradicionais.